

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Statkraft Energias Renováveis S.A. (“Companhia” ou “SKER”), com sede social em Florianópolis, Santa Catarina, tem por atividade principal a geração de energia, a participação no capital social de empresas nas áreas de geração de energia elétrica, além da implementação e operação de projetos de energia renovável. Seus ativos em operação atuam na geração de energia eólica e hídrica, compreendendo uma capacidade instalada total de 449,31 MW. No dia 4 de janeiro de 2021 a Companhia iniciou a construção do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia o qual adicionará 518,7 MW a sua capacidade instalada de geração de energia. Adicionalmente, na data de 30 de maio de 2022, se deu o início das atividades de construção do Projeto Eólico Morro do Cruzeiro, com capacidade instalada de 79,8 MW.

Os principais eventos societários e operacionais da Companhia podem ser destacados como:

a) Construção de parques eólicos - Complexo de Ventos de Santa Eugênia (518,7 MW)

Em 18 de outubro de 2019, a Companhia participou do 30º Leilão de Energia Nova (Leilão A-6 de 2019) e sagrou-se vencedora com dez projetos eólicos de Ventos de Santa Eugênia e o projeto eólico Serra de Mangabeira, com capacidade instalada total de 300 MW e 75,6 MW, respectivamente. Os onze projetos vencedores tiveram parte da energia vendida às nove distribuidoras de energia elétrica que adquiriram energia nesse certame. Ventos de Santa Eugênia assegurou a comercialização de 75,3 MW médios e Serra da Mangabeira teve 12,1 MW médios vendidos, com prazo contratual de 20 anos e início de suprimento em 1º de janeiro de 2025, conforme as diretrizes do Ministério de Minas e Energia (MME). Como estratégia, a Statkraft comercializará a energia remanescente dos projetos no mercado livre.

Posteriormente à emissão das Outorgas, foram realizados processos de alteração de características técnicas junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com o objetivo de adequar as Outorgas à realidade dos projetos. Sendo assim, após essa operação, os dez projetos de Ventos de Santa Eugênia totalizam 342 MW e Serra da Mangabeira possui 79,8 MW, refletindo as características técnicas que serão efetivamente construídas.

Adicionalmente, três projetos eólicos pertencentes ao Complexo de Ventos de Santa Eugênia negociaram a totalidade de sua energia no Ambiente de Contratação Livre, totalizando 96,9 MW de capacidade instalada, e obtiveram suas outorgas publicadas pela ANEEL. Nesse sentido, o Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia e Serra da Mangabeira é composto por 14 usinas, totalizando 518,7 MW de capacidade instalada.

Para viabilizar os projetos eólicos supracitados, foram constituídas dez Companhias, que conterão os 14 ativos de geração eólica, bem como os respectivos financiamentos necessários à sua construção.

Em 4 de janeiro de 2021, a Companhia iniciou a construção do parque eólico. A previsão orçamentária estima investimentos no montante de R\$ 2.752.500 (P50 nominal), para os quais a Companhia estabeleceu uma estrutura de capital considerando capital próprio e de terceiros para financiamento. A construção encontra-se alinhada com o cronograma estabelecido para execução das obras. O início da operação das usinas será em etapas, a expectativa de início da

operação do primeiro parque é para o último trimestre de 2022 e do último parque está prevista para Agosto de 2023.

b) Construção de parques eólicos - Complexo Morro do Cruzeiro (79,8 MW):

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia participou do 35º Leilão de Energia Nova A-5 com dois projetos eólicos do complexo Morro do Cruzeiro, localizado no município de Brotas de Macaúbas no estado da Bahia. Possui capacidade instalada total de 79,8 MW e é composto por 14 turbinas. Como resultado do leilão, os projetos citados acima foram vencedores e tiveram 30% da energia vendida à distribuidoras de energia por meio de contratos fechados no ambiente regulado (CCEAR), com prazo contratual de 15 anos e início de suprimento em 1º de janeiro de 2026, de acordo com as diretrizes do Ministério de Minas e Energia (MME). Como estratégia, a Statkraft comercializará a energia remanescente dos projetos no mercado livre.

Em 15 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia aprovou o início da construção dos projetos Morro do Cruzeiro I e II. A previsão orçamentária é de R\$606.700 (P50 nominal), para os quais a Companhia estabeleceu uma estrutura de capital considerando capital próprio e de terceiros para financiamento.

A construção iniciou em 30 de maio de 2022 e a estimativa é que as primeiras turbinas eólicas comecem a operar em fevereiro de 2024.

Foram constituídas duas entidades legais para as quais serão direcionados os ativos de geração eólica dos projetos de complexo Morro do Cruzeiro, bem como os respectivos financiamentos necessários à sua construção.

c) Incorporação Enx O&M:

Em 2016, a subsidiária Enx O&M de Sistemas Elétricos Ltda. teve suas atividades descontinuadas, as quais compreendiam prestação de serviços de O&M à terceiros, de forma a se adequar ao “core business” do Grupo Statkraft. Visando otimizar o desempenho financeiro e administrativo da Companhia, em 15 de dezembro de 2021, foi aprovada sua incorporação nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. Como resultado desta incorporação, a Enx foi extinta de pleno direito e a Companhia tornou-se sua sucessora. O patrimônio líquido da Enx na data base do laudo de incorporação e com base no valor contábil, representava o montante de R\$1.813. Para atendimento dos requisitos legais, a Companhia contratou uma empresa especializada para emissão do laudo de avaliação do patrimônio líquido com data de 30 de novembro de 2021, de acordo com as normas contábeis vigentes. Os montantes dos ativos e passivos incorporados estão descritos na nota explicativa nº 8.

d) Extensão das autorizações baseada no COD (“Commercial Operation Date”):

Em 02 de março de 2021, foi publicada a Lei nº 14.120, que incluiu a possibilidade de ajuste do prazo das outorgas de autorização para geração que (i) possuíam prazo de 30 (trinta) anos de outorga, (ii) entraram em operação antes de 1º de setembro de 2020, e (iii) não tenham sido objeto de penalidade por descumprimento do cronograma de implantação. No caso de atendimento a esses critérios, o prazo de 30 (trinta) anos das respectivas outorgas é contado a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora, refletindo numa extensão do período total de outorga para as usinas elegíveis.

Em 21 de julho de 2021, a Statkraft pleiteou à ANEEL o reconhecimento do atendimento aos critérios estabelecidos para a referida extensão do prazo de outorga, haja vista o

enquadramento das usinas PCH Esmeralda, PCH Santa Laura, PCH Santa Rosa II, PCH Moinho e PCH Passos Maia nos requisitos estabelecidos na Lei.

Em 23 de fevereiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.131/2022, que ajustou o prazo das usinas supracitadas, representando uma extensão nos períodos de Outorga (chamada “Extensão por COD”) de:

	Extensão por COD (anos)
PCH Moinho	3,18
PCH Esmeralda	5
PCH Santa Laura	7,02
PCH Santa Rosa	7,07
PCH Passos Maia	7,97

1.1. Participações societárias

A Companhia possui participação societária nas seguintes companhias:

Companhia		Tipo	Participação Societária	
			2022	2021
<u>Eólicas operacionais</u>				
Energen Energias Renováveis S.A. (“Energen”)	(a)	Controlada direta	99,99%	99,99%
Macaúbas Energética S.A. (“Macaúbas”)	(a)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Novo Horizonte Energética S.A. (“Novo Horizonte”)	(a)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Seabra Energética S.A. (“Seabra”)	(a)	Controlada direta	100,00%	100,00%
<u>Eólicas não operacionais</u>				
Ventos de Santa Eugênia Energias Renováveis S.A. ("Santa Eugênia")	(f)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Oslo I S.A.	(f)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Oslo II S.A.	(f)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Oslo III S.A.	(f)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Oslo IV S.A.	(f)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Oslo V S.A.	(f)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Oslo VI S.A.	(f)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Oslo VII S.A.	(f)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Oslo VIII S.A.	(f)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Oslo IX S.A.	(f)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Oslo X S.A.	(f)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Serra da Mangabeira S.A.	(f)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Ventos de São Vitorino Energias Renováveis S.A.("São Vitorino")	(e)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Oslo XI S.A.	(e)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Oslo XII S.A.	(e)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Oslo XIII S.A.	(e)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Oslo XIV S.A.	(e)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Morro do Cruzeiro I S.A.	(g)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Morro do Cruzeiro II S.A.	(g)	Controlada direta	100,00%	100,00%
<u>Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs)</u>				
Esmeralda S.A. (“Esmeralda”)	(b)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Santa Laura S.A. (“Santa Laura”)	(b)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Santa Rosa S.A. (“Santa Rosa”)	(b)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Moinho S.A. (“Moinho”)	(c)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Santa Fé Energia S.A. (“Santa Fé”)	(c)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Passos Maia Energética S.A. (“Passos Maia”)	(c)	Controlada em conjunto	50,00%	50,00%
<u>Usinas Hidrelétricas de grande porte (UHE)</u>				
Usina Hidrelétrica Cubatão S.A. (“Cubatão”)	(d)	Outras participações	20,00%	20,00%
Ceran - Companhia Energética Rio das Antas (“Ceran”)	(i)	Coligada	5,00%	5,00%
Dona Francisca Energética S.A. (“Dfesa”)	(d)	Outras participações	2,12%	2,12%
<u>Comercialização de energia elétrica</u>				
Statkraft Comercialização de Energia S.A.	(h)	Controlada direta	100,00%	100,00%

- (a) Referem-se a controladas diretas da Companhia, sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parques eólicos específicos, localizado no Estados da Bahia e do Sergipe. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva - 2009 ("LER 2/2009").

- (b) Referem-se a controladas diretas da Companhia, sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica de Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs") localizadas nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Rio de Janeiro, respectivamente. Em regime de autorização, estes complexos têm toda a sua produção contratada com a Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás, no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA.
- (c) Referem-se a controladas diretas e controlada em conjunto da Companhia, respectivamente, sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica de Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs") localizadas nos Estados do Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Santa Catarina, respectivamente, atuando sobre o regime de autorização.
- (d) Referem-se a investimentos sem influência significativa, os quais são registrados a valor justo.
- (e) Referem-se a controladas diretas com projetos "greenfield" do segmento eólico em fase de desenvolvimento.
- (f) Companhias constituídas para viabilização do projeto Ventos de Santa Eugênia, por meio do qual a Companhia sagrou-se vencedora no Leilão de Energia Nova (A-6) que ocorreu em 18 de outubro de 2019.
- (g) Companhias constituídas para viabilização do projeto Morro do Cruzeiro, por meio do qual a Companhia sagrou-se vencedora no Leilão de Energia Nova (A-5) que ocorreu em 30 de setembro de 2021.
- (h) Controlada direta com atividade principal de comercialização de energia elétrica no âmbito do mercado brasileiro e/ou de outros países.
- (i) Refere-se a coligada com influência significativa registrado pelo método de equivalência patrimonial, conforme nota explicativa nº 10 e 11.

1.2. Principais características dos empreendimentos de geração

A seguir encontram-se detalhes sobre as geradoras controladas, controlada em conjunto e empreendimentos minoritários do Grupo:

Usina	Contratos	Portaria MME/Resolução ANEEL	Prazo de autorização	Fim do período de concessão*	Capacidade de produção instalada MW	Capacidade de produção instalada Statkraft MW	Garantia física MW médio
Eólicas ("EOL"):							
EOL Barra dos Coqueiros (Energen)	LER 2/2009	Portaria MME nº 617/2010	35 anos	jul-45	34,50	34,50	10,5
EOL Macaúbas	LER 2/2009	Portaria MME nº 580/2010	35 anos	jun-45	35,07	35,07	13,4
EOL Novo Horizonte	LER 2/2009	Portaria MME nº 673/2010	35 anos	jun-45	30,06	30,06	10,97
EOL Seabra	LER 2/2009	Portaria MME nº 671/2010	35 anos	jun-45	30,06	30,06	11,33
Hídricas:							
PCH Esmeralda	PROINFA	Res. ANEEL nº 605/2001	30 anos	ago-38	22,20	22,20	12,32
PCH Santa Laura	PROINFA	Res. ANEEL nº 379/2000	30 anos	mar-39	15,00	15,00	7,99
PCH Santa Rosa	PROINFA	Res. ANEEL nº 197/2001	30 anos	fev-40	30,00	30,00	17,07
PCH Moinho	Cemig	Res. Autoriz. ANEEL nº 1.451/2008	30 anos	set-47	13,70	13,70	6,98
PCH Victor Batista Adami (Passos Maia)	Cemig	Res. Autoriz. ANEEL nº 68/2004	30 anos	dez-45	25,00	12,50	13,7
UHE Monel Monjolinho	LEN 4/2006	Contrato de Concessão nº 18/2002	35 anos	abr-43	74,00	74,00	41,7
UHE Suíça (SKER)	EDP Com.	Contrato de Concessão nº 1/2014	30 anos	fev-27	35,34	35,34	21,61
PCH Viçosa (SKER)	ESCELSA	Res. ANEEL nº 111/1999	30 anos	out-30	4,50	4,50	2,52
PCH São João (SKER)	ESCELSA	Res. ANEEL nº 110/1999	26 anos	out-30	25,00	25,00	12,95
PCH Alegre (SKER)	ESCELSA	Contrato de Concessão nº 4/2013	30 anos	mai-27	2,06	2,06	1,16
PCH Fruteiras (SKER)	ESCELSA	Contrato de Concessão nº 4/2013	30 anos	abr-26	8,74	8,74	5,56
PCH Jucu (SKER)	ESCELSA	Contrato de Concessão nº 4/2013	30 anos	jun-26	4,84	4,84	2,62
PCH Rio Bonito (SKER)	CBR - ESCELSA/ CCEAR ⁽¹⁾	Contrato de Concessão nº 4/2013	30 anos	jun-26	22,50	22,50	9,4
PCH Francisco Gros (Santa Fé)	CCEAR	Res. ANEEL nº 482/2001	30 anos	dez-38	29,00	29,00	15,58
UHE Monte Claro (CERAN)	CPFL/SKER /CCEAR/ CCEAL	Contrato de Concessão nº 8/2001	35 anos	nov-39	130	6,50	69
UHE Castro Alves (CERAN)	CPFL/SKER /CCEAR/ CCEAL	Contrato de Concessão nº 8/2001	35 anos	out-39	130	6,50	64
UHE 14 de Julho (CERAN)	CPFL/SKER/CCEAR/ CCEAL	Contrato de Concessão nº 8/2001	35 anos	nov-39	100	5,00	50
UHE Dona Francisca		Contrato de Concessão nº 188/1998	35 anos	set-37	125	2,254	80

¹ A PCH Rio Bonito possui contrato bilateral regulado ("CBR") firmado com a contraparte Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. ("ESCELSA") e também transações formalizadas por Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR") firmado com diversas distribuidoras.

* Prazo de concessão considerando a extensão aderida pela repactuação do risco hidrológico em 2021 e extensão baseada no COD conforme mencionado na nota explicativa nº 1.d).

1.3. *Impactos do COVID-19 nas informações financeiras*

No final de 2019, os casos de coronavírus (“COVID-19”) foram reportados mundialmente e desde então se multiplicaram, com relatos de fatalidade, por diversos países.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como um surto pandêmico. Durante o mesmo mês, as autoridades governamentais de várias jurisdições impuseram confinamentos ou outras restrições para conter o vírus e diversas empresas suspenderam ou reduziram suas operações. O impacto final na economia global e nos mercados financeiros ainda é incerto, mas imagina-se que seja significativo.

Dessa forma, a Companhia e suas subsidiárias continuam operando com todas as suas usinas e parques eólicos, sendo capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios e manter, com isso, sua continuidade operacional.

- A receita líquida consolidada auferida até o 3º trimestre de 2022 no montante de R\$643.084 superou em 51% a realizada no mesmo período do ano anterior (R\$425.268).
- Não ocorreram demissões nem reduções salariais na Companhia e suas controladas.
- Não houve inadimplência de clientes e nem perdas de contratos.
- Recorremos a diferimentos no pagamento de impostos e tributos de acordo com as Medidas Provisórias liberadas pelo Governo (Federal, Estadual e Municipal).
- Durante as operações do 3º trimestre de 2022, os resultados ocorreram dentro das expectativas da Administração, não havendo impactos adversos decorrentes do cenário da pandemia que requeiram ajustes ou divulgações adicionais nessas demonstrações financeiras.

Um dos valores fundamentais da Companhia é a segurança, dessa forma, estamos adotando todas as recomendações da Organização Mundial da Saúde. Das principais medidas adotadas pela Companhia, desde o início da pandemia, destacamos:

- Criação de Comitê de Crise com reuniões diárias e acompanhamento semanal com a liderança.
- Aplicação do “Home Office” para as atividades administrativas.
- Cancelamento de todas as viagens não essenciais.
- Disponibilização de apoio psicológico para os colaboradores de forma “on-line”.
- Disponibilização de boas práticas ligadas a gestão da emoção, ergonomia, gerenciamento de tarefas e administração do tempo para os colaboradores da organização.

Em 2022 a Companhia retomou suas atividades administrativas nos escritórios, em um sistema híbrido, que consiste em até dois dias trabalhando em casa e no mínimo três dias presencialmente nos escritórios da Companhia, observando todos os cuidados sanitários para manter a segurança de seus colaboradores.

A Companhia analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem a necessidade de ajustes adicionais às suas demonstrações financeiras encerradas em 30 de setembro de 2022 relacionados a “impairment” de ativos ou descontinuidade operacional. A Administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a integridade de suas pessoas e de seus ativos.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pela "International Accounting Standards Board - IASB" e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. A base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas que as utilizadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas nesse ITR de forma resumida nos casos em que não haja mudanças em relação ao apresentado nas demonstrações anuais. Portanto, as correspondentes informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conexão àquelas demonstrações financeiras.

Estas informações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Administração em 8 de novembro de 2022.

2.1. *Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados*

- CPC 48 (IFRS 9) – "Instrumentos Financeiros": A norma foi revisada incluindo o termo 'Reforma da taxa de juros de referência' que refere-se à uma taxa de juros de referência, reformada em todo o mercado, levando à necessidade de mudança na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais que geram os ativos e passivos financeiros ou instrumentos de "hedge". A remensuração de ativos e passivos financeiros decorrente da alteração da taxa de juros de referência é exigida somente se ambas as condições forem atendidas:
 - a) a mudança é necessária como consequência direta da reforma da taxa de juros de referência.
 - b) a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior (ou seja, a base imediatamente antes da mudança).

As alterações decorrentes dessa revisão são válidas a partir de 1º de janeiro de 2020. O Grupo não identificou alterações em taxas de juros de referência que impactem os fluxos de caixa que geram seus ativos e passivos financeiros até o fechamento do exercício.

- CPC 26 (R1) (IAS 1) – “Apresentação das Demonstrações Contábeis”: As alterações emitidas pelo IASB especificam os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:
 - a) O que significa um direito de postergar a liquidação;
 - b) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
 - c) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
 - d) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, o Grupo avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência da Administração e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. *Estimativas e premissas contábeis críticas*

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas contábeis das demonstrações financeiras anuais. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem grau elevado de julgamento e complexidade, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo.

a) Vida útil do ativo imobilizado

O Grupo estima a vida útil do ativo imobilizado das usinas hídricas utilizando as taxas de depreciação que representam o valor residual do imobilizado ao fim da concessão, de acordo com as taxas de depreciação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em função do entendimento da Administração da Companhia no sentido de haver direito à indenização dos valores residuais ao final da concessão/autorização. Caso haja alteração no cenário regulatório ou à medida que fatos novos relacionados ao tema ocorram, referidas taxas poderão ser revistas, para refletir a adequada vida útil econômica dos bens integrantes do ativo imobilizado.

Anualmente, o grupo avalia se há indícios de mudança da vida útil técnica esperada para os grupos de ativos, e a cada três anos é formalizado um novo estudo técnico, independentemente da existência de evidências de mudança da expectativa adotada de vida útil.

b) Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração

O Grupo realiza, a cada emissão de demonstrações financeiras, ou sempre que houver indicativos, uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos

de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pelo Grupo.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre:

- (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, o Grupo reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos por meio da realização de análises.

Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas “Imobilizado” e “Intangível”.

c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e análise de fluxos de caixa descontados.

O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

d) Custos de desmobilização dos parques eólicos

As principais atividades a serem concluídas no processo de desmontagem são a remoção de: (i) pás; (ii) eixo; (iii) motor; (iv) seções de torre de aço; e (v) painéis elétricos e outros.

Devido à falta de custos históricos de desmobilização no mercado (o segmento eólico no Brasil é bastante novo), bem como da própria empresa, foi necessário considerar os custos dos serviços de instalação para avaliar o custo do desmantelamento de usinas eólicas.

Para o custo de montagem de um parque eólico foi considerado o custo de mobilização de guindaste e mão de obra, além do custo diário para executar o serviço.

e) Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

Estas estimativas são mensuradas com base em avaliação e qualificação dos riscos com probabilidade de perda provável. Estas avaliações são suportadas pelo julgamento dos seus assessores jurídicos e da administração, considerando as jurisprudências e o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

f) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais

Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais são reconhecidos com base na expectativa de lucro futuro das companhias que geram tais prejuízos.

4. GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das empresas para oferecer retorno aos seus acionistas e outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, adequada para tal fim.

As relações dívida líquida / patrimônio líquido podem ser verificadas conforme seguem:

	Controladora	
	30.09.2022	31.12.2021
Total dos financiamentos	375.310	558.813
(-) caixa e equivalentes de caixa	(436.424)	(108.418)
(-) aplicação financeira restrita	(62.122)	-
Dívida líquida	(123.236)	450.395
Total do patrimônio líquido	3.108.716	2.067.831
Índice de alavancagem financeira - %	(3,96)	21,78

	Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021
Total dos financiamentos	1.277.128	970.974
(-) caixa e equivalentes de caixa	(690.086)	(186.403)
(-) aplicação financeira restrita	(83.123)	(14.842)
Dívida líquida	503.919	769.729
Total do patrimônio líquido	3.108.723	2.067.838
Índice de alavancagem financeira - %	16,21	37,22

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Contas bancárias em moeda funcional	4	473	385	819
Aplicações financeiras com liquidez imediata	436.420	107.945	689.701	185.584
	<u>436.424</u>	<u>108.418</u>	<u>690.086</u>	<u>186.403</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs e Operações Compromissadas, com rentabilidade referenciada no CDI, emitidos por instituições financeiras no Brasil. Estas aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer momento sem quaisquer restrições ou risco de alterações significativas em seus valores justos.

6. CONTAS A RECEBER

		Controladora		Consolidado	
		30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Fornecimento de energia elétrica	(i)	29.030	23.404	90.280	54.097
Saldo de mercado de curto prazo	(ii)	660	1.986	3.184	4.032
Geração excedente aos contratos CER	(iii)	-	-	31.315	19.263
Contas a receber partes relacionadas	(iv)	11.928	19.222	2.129	1.958
Total		<u>41.618</u>	<u>44.612</u>	<u>126.908</u>	<u>79.350</u>
Ativo circulante		41.618	44.612	101.667	61.926
Ativo não circulante		-	-	25.241	17.424

- (i) Saldo de recebíveis de clientes pelo fornecimento de energia elétrica em contratos firmados no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, dos contratos regulados e contratos bilaterais, das operações de venda de energia da controlada SKERCOM e outros contratos, com prazo médio de vencimento de 35 dias.
- (ii) Saldo de recebíveis de fornecimento de energia elétrica liquidado no mercado de curto prazo.
- (iii) Saldo mantido no ativo não circulante referente ao excedente de geração de energia entre 100% e 130% ao montante contratado pelo Contrato de Energia de Reserva - CER mantido com a CCEE nas subsidiárias que compõem os parques eólicos em operação do Grupo Statkraft, que é recebido ao final da apuração de cada quadriênio, quando os saldos são transferidos gradativamente para o curto prazo, conforme expectativa de realização de caixa e atualizados pelo índice IPCA. Já a geração acima de 130% é classificada no curto prazo, conforme expectativa de realização nos próximos 12 meses.
- (iv) Saldos de contas a receber com partes relacionadas referente a venda de energia e saldos a receber decorrente de redução de capital, serviço de administração do proprietário e serviços de O&M (operação e manutenção) das controladas e controlada em conjunto com vencimento médio de 28 dias.

7. REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO

Por conta do período de hidrologia adverso de 2015, em 11 de dezembro de 2015 a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 684, que estabelece os critérios para anuência e demais condições para

repactuação do risco hidrológico de geração hidrelétrica por agentes participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. Em 17 de Dezembro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia decidiu pela adesão à proposta para as PCHs Esmeralda, Santa Laura e Santa Rosa II, todas contratadas no âmbito do PROINFA. A classe de produto optado foi o SP100 que transfere 100% do risco hidrológico à distribuidora.

As usinas PCH Jucu, PCH Rio Bonito, PCH São João e PCH Francisco Gros também aderiram às condições de repactuação do risco hidrológico protegendo-se de 94% e 92% respectivamente da exposição ao risco do GSF. Os saldos que representam essa repactuação podem ser assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Ativo circulante	833	778	1.039	970
Ativo não circulante	370	1.003	1.910	2.698
	<u>1.203</u>	<u>1.781</u>	<u>2.949</u>	<u>3.668</u>

Em 08 de setembro de 2020, foi aprovada a Lei 14.052 que regulamenta novas condições de repactuação do risco hidrológico para o ressarcimento às usinas integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, por meio de extensão de outorga decorrente dos impactos ocasionados pela Geração Térmica Fora da Ordem de Mérito – GFOM, dentre outros fatores. Em consonância com a aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia realizada, em 2021 as usinas detentoras de concessão de geração de energia hidrelétrica do Grupo aderiram à repactuação do risco hidrológico que trata a lei 14.052/2020. Desta forma, em 30 de setembro de 2021, foi reconhecido o ativo intangível correspondente ao direito de extensão da concessão, em contrapartida da rubrica de custos operacionais (Repactuação do risco hidrológico), na demonstração do resultado, conforme valores demonstrados no quadro abaixo:

	Controladora	Consolidado
PCH Alegre	1.036	1.036
PCH Fruteiras	2.131	2.131
PCH Jucu	1.233	1.233
UHE Monel	33.393	33.393
PCH Rio Bonito	4.488	4.488
PCH São João	6.466	6.466
UHE Suíça	16.621	16.621
PCH Viçosa	1.250	1.250
PCH Santa Rosa	-	8.003
PCH Santa Laura	-	3.537
PCH Moinho	-	5.074
PCH Esmeralda	-	5.360
PCH Francisco Gros	-	7.772
	<u>66.618</u>	<u>96.364</u>

A extensão das outorgas garantida por lei para cada usina pode ser assim apresentada:

	Extensão Garantida por lei (anos)
UHE Monjolinho	5,94
UHE Suíça	1,58
PCH Esmeralda	1,65
PCH Santa Laura	1,46
PCH Santa Rosa	1,67
PCH Moinho	5,97
PCH Passos Maia	3,81
PCH Alegre	1,85
PCH Fruteiras	0,76
PCH Jucu	0,93
PCH Rio Bonito	0,95
PCH Francisco Gross	1,85
PCH São João	1,45
PCH Viçosa	1,43

No mesmo momento, foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos passivos no montante de R\$22.650 para as usinas pertencentes à forma de tributação do lucro real, em virtude da diferença temporária estabelecida. Esses valores são realizados a medida da amortização do ativo intangível e em 30 de setembro de 2022 seu saldo compreende o montante de R\$20.128, conforme demonstrado na nota explicativa nº 26 (b). Adicionalmente, a controlada em conjunto Passos Maia reconheceu o montante de R\$10.439 nas mesmas tratativas, impactando, portanto, o resultado da Companhia por meio da equivalência patrimonial deste investimento.

8. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

O Grupo Statkraft não possui como objetivo a prestação de serviços a terceiros, sendo o foco deste apenas geração de energia elétrica por meio de fontes renováveis. Neste sentido, a Companhia entendeu por bem realizar a cessão dos contratos de Operação e Manutenção da subsidiária Enex a terceiros (sob anuência de seus clientes), a fim de que as atividades de operação e manutenção passassem a ser realizadas exclusivamente para as usinas deste Grupo Econômico. Desta forma, após processo seletivo, foi firmado em 20 de dezembro de 2016 contrato com empresa do setor, contemplando a: (i) transferência de contratos de O&M firmados com terceiros; (ii) a transferência de empregados da Companhia para a cessionária; e (iii) a venda dos bens e equipamentos alocados nas usinas para a prestação de serviços à terceiros, passando a Enex a não mais deter qualquer relação comercial com terceiros.

Em 15 de dezembro de 2021, a subsidiária Enex foi incorporada à Companhia conforme laudo de avaliação de empresa independente com data base de 30 de novembro de 2021. O patrimônio líquido da Enex na data da incorporação com base no valor contábil representava o montante de R\$1.813. Os ativos e passivos líquidos avaliados estão apresentados como segue:

ATIVO

Caixa e equivalentes de caixa	452
Tributos a recuperar	2.302
Depósitos judiciais	1.901
Ativo total	<u>4.655</u>

PASSIVO

Fornecedores	10
Partes relacionadas	300
Salários e encargos sociais	8
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	2.521
Outros passivos	3
Passivo total	2.842
<hr/>	
Total de ativos incorporados e passivos assumidos	1.813

9. APLICAÇÃO FINANCEIRA RESTRITA

Por força dos contratos de financiamentos firmados com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”) para o custeio das obras das usinas eólicas das controladas pertencentes ao projeto Ventos de Santa Eugênia (vide nota explicativa nº 1.1), tais empresas devem manter saldos em conta corrente remunerada, ou de aplicação financeira, denominada “conta reserva”, que visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o banco. As aplicações financeiras restritas são constituídas de forma prévia e proporcionalmente a cada desembolso, mantido por todo o prazo do financiamento e possuem rentabilidade referenciada no CDI.

Adicionalmente, nesta rubrica está apresentado o saldo de aplicação financeira restrita da Companhia mantido em decorrência do mútuo com a acionista Statkraft Investimentos Ltda, conforme mencionado na nota explicativa nº 10 (vi).

As movimentações das aplicações financeiras restritas podem ser assim demonstradas:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
No início do exercício	-	-	14.842	-
Aplicação	57.035	-	61.699	14.554
Rendimentos líquidos de impostos	5.087	-	6.582	288
No final do período/exercício	62.122	-	83.123	14.842
Apresentadas como:				
Ativo circulante	62.122	-	62.122	-
Ativo não circulante	-	-	21.001	14.842

10. PARTES RELACIONADAS

As operações são realizadas em condições específicas acordadas entre as partes. Os saldos patrimoniais são assim demonstrados:

		Controladora		Consolidado	
		30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Ativo circulante					
Contas a receber					
Energen Energias Renováveis S.A.	(i)	96	43	-	-
Esmeralda S.A.	(i)	2.116	2.039	-	-
Macaúbas Energética S.A.	(i)	2.271	3.017	-	-
Moinho S.A.	(i)	2.030	2.651	-	-
Morro do Cruzeiro I	(i)	208	-	-	-
Morro do Cruzeiro II	(i)	65	-	-	-
Novo Horizonte Energética S.A.	(i)	272	347	-	-
Oslo III S.A.	(i)	563	3.968	-	-
Oslo VI S.A.	(i)	-	1	-	-
Oslo VII S.A.	(i)	51	62	-	-

Passos Maia Energética S.A.	(i)	20	1.290	20	1.406
Santa Laura S.A.	(i)	2.024	2.041	-	-
Santa Rosa S.A.	(i)	15	2.042	-	-
Seabra Energética S.A.	(i)	262	78	-	-
Santa Fé Energia S.A.	(i)	14	77	-	-
Ventos de Santa Eugênia S.A.	(i)	228	228	-	-
Ventos de São Vitorino S.A.	(i)	804	786	-	-
Statkraft Comercialização de Energia	(iii)	-	-	1.217	-
Statkraft Investimentos Ltda	(ii)	16	9	16	9
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	(ii)	323	333	326	333
Statkraft AS	(ii)	174	-	174	-
NSL Tidong Power Generation	(ii)	14	15	14	15
Statkraft Chile Inversiones Electricas Ltda	(ii)	276	195	276	195
Statkraft Peru SA	(ii)	86	-	86	-
		<u>11.928</u>	<u>19.222</u>	<u>2.129</u>	<u>1.958</u>
Dividendos a receber					
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas		11.537	-	11.537	-
Esmeralda S.A.		-	8.784	-	-
Macaúbas Energética S.A.		-	2.340	-	-
Moinho S.A.		-	5.663	-	-
Novo Horizonte Energética S.A.		-	3.346	-	-
Passos Maia Energética S.A.		-	2.982	-	2.982
Seabra Energética S.A.		-	3.348	-	-
Santa Laura S.A.		-	5.494	-	-
Santa Rosa S.A.		-	12.674	-	-
Santa Fé Energia S.A.		-	7.685	-	-
Statkraft Comercialização de Energia		6	6	-	-
		<u>11.543</u>	<u>52.322</u>	<u>11.537</u>	<u>2.982</u>
Ativo não circulante					
Mútuos					
Água Quente Ltda.	(iv)	6.797	6.029	6.797	6.029
Bom Retiro S.A.	(iv)	4.288	3.989	4.288	3.989
Provisão para perdas estimadas com créditos	(v)	(11.085)	(10.018)	(11.085)	(10.018)
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do Ativo		<u>23.471</u>	<u>71.544</u>	<u>13.666</u>	<u>4.940</u>
		Controladora		Consolidado	
		30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Passivo circulante					
Partes relacionadas					
Statkraft AS	(vi)	348	485	347	1.428
Macaúbas Energética S.A.	(viii)	-	13	-	-
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	(ix)	1.269	3.483	3.046	3.483
Statkraft investimentos Ltda.	(vii)	64.897	56.464	64.897	56.464
Passos Maia Energética S.A.	(viii)	-	7	-	34
Moinho S.A.	(viii)	11	1	-	-
Santa Laura S.A.	(viii)	1	1	-	-
Esmeralda S.A.	(viii)	-	(6)	-	-
		<u>66.526</u>	<u>60.448</u>	<u>68.290</u>	<u>61.409</u>
Dividendos a pagar					
Statkraft investimentos Ltda.		-	7.092	-	7.092
FUNCEF		-	1.630	-	1.630
Total dividendos a pagar		<u>-</u>	<u>8.722</u>	<u>-</u>	<u>8.722</u>
Total do Passivo		<u>66.526</u>	<u>69.170</u>	<u>68.290</u>	<u>70.131</u>

- (i) Saldos a receber pela prestação de serviços compartilhados, serviços de O&M (operação e manutenção) entre controladora e suas investidas no Brasil e redução de capital.
- (ii) Saldos a receber pela prestação de serviços de partes relacionadas no Brasil e no exterior, principalmente por posição de profissionais regionais.
- (iii) Saldo a receber referente a operações de compra de energia como estratégia comercial.
- (iv) Saldo de mútuos mantidos com as partes relacionadas Água Quente e Bom Retiro, com prazo indeterminado e juros vinculados aos índices de IPCA e IGPM, respectivamente.
- (v) Provisão para perda ao valor recuperável de saldos de mútuos com as partes relacionadas Água Quente e Bom Retiro, que estão com as suas operações descontinuadas.
- (vi) Saldos a pagar referente serviços tomados de partes relacionadas no exterior.
- (vii) Saldo de mútuo devido pela Companhia à acionista Statkraft Investimentos Ltda., conforme aprovado em reunião prévia de acionistas na data 2 de agosto de 2017, com prazo indeterminado e juros remuneratórios vinculados ao CDI. A liquidação deste mútuo está sendo avaliada pelos acionistas representantes dessas companhias.
- (viii) Saldo a pagar referente a prestação de serviços compartilhados com partes relacionadas no Brasil.
- (ix) Saldo a pagar referente a operações de compra de energia como estratégia comercial.

A seguir, as transações ocorridas no resultado do período:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	30.09.2021	30.09.2022	30.09.2021
Receita de serviços com partes relacionadas				
Energen Energias Renováveis S.A.	1.004	1.233	-	-
Esmeralda S.A.	1.193	826	-	-
Macaúbas Energética S.A.	2.643	2.234	-	-
Moinho S.A.	735	760	-	-
Morro do Cruzeiro I	300	-	-	-
Morro do Cruzeiro II	36	-	-	-
Novo Horizonte Energética S.A.	2.645	2.008	-	-
Oslo III S.A.	2.289	7.717	-	-
Oslo VI S.A.	-	1	-	-
Passos Maia Energética S.A.	1.217	732	1.217	732
Santa Laura S.A.	987	752	-	-
Santa Rosa S.A.	1.380	1.086	-	-
Seabra Energética S.A.	2.605	1.948	-	-
Santa Fé Energia S.A.	998	2.188	-	-
Ventos de São Vitorino S.A.	103	808	-	-
Statkraft Investimentos Ltda	81	76	81	76
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	27	123	27	123
	<u>18.243</u>	<u>22.492</u>	<u>1.325</u>	<u>931</u>

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	30.09.2021	30.09.2022	30.09.2021
Receita na revenda de mercadorias				
Macaúbas Energética S.A.	152	-	-	-
Novo Horizonte Energética S.A.	77	-	-	-
Seabra Energética S.A.	8	-	-	-
	<u>237</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	30.09.2021	30.09.2022	30.09.2021
Receita na venda de energia elétrica				
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	962	15.187	962	15.187
Moinho S.A.	72	216	-	-
Statkraft Comercialização de Energia	5.975	-	-	-
Santa Fé Energia S.A.	8	-	794	-
	<u>7.017</u>	<u>15.403</u>	<u>1.756</u>	<u>15.187</u>

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	30.09.2021	30.09.2022	30.09.2021
Custo na compra de energia elétrica				
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	(11.251)	(64.701)	(11.251)	(64.701)
Statkraft Comercialização de Energia	(927)	-	-	-
Passos Maia Energética S.A.	-	-	(919)	-
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas	(4.353)	-	(4.353)	-
Dona Francisca Energética S.A.	(1.100)	-	(1.100)	-
	<u>(17.631)</u>	<u>(64.701)</u>	<u>(17.623)</u>	<u>(64.701)</u>

As transações acima referem-se a receitas de O&M, compartilhamento de custos, revenda de materiais de estoque e compra e venda de energia de acordo com a estratégia comercial. As receitas de O&M são reconhecidas no grupo de receita líquida na controladora e a recuperação dos custos compartilhados é reconhecida como redutora no grupo de despesas gerais e administrativas.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	30.09.2021	30.09.2022	30.09.2021
Despesas com prestação de serviços				
Energen Energias Renováveis S.A.	(15)	-	-	-
Esmeralda S.A.	(9)	(36)	-	-
Statkraft AS	(1.335)	(110)	(1.335)	(110)
Moinho S.A.	(12)	-	(12)	-
Macaúbas Energética S.A.	-	(261)	-	-
Passos Maia Energética S.A.	-	(3)	-	(3)
	<u>(1.371)</u>	<u>(410)</u>	<u>(1.347)</u>	<u>(113)</u>
Despesas financeiras				
Com mútuos				
Statkraft Investimentos Ltda.	(8.317)	(359)	(8.317)	(359)
	<u>(8.317)</u>	<u>(359)</u>	<u>(8.317)</u>	<u>(359)</u>

10.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração, que inclui os conselheiros e diretores estatutários, totalizou R\$7.909 no período findo em 30 de setembro de 2022, e R\$6.634 no período findo em 30 de setembro de 2021, correspondendo a benefícios de curto prazo e encargos previdenciários. A Companhia não possui pessoal-chave que não seja estatutário, e também não possui planos de remuneração pós-emprego, de rescisão, ou baseada em ação ou outros benefícios de longo prazo.

11. INVESTIMENTOS AO VALOR JUSTO

Os respectivos investimentos abaixo estão relacionados a entidades sobre as quais a Companhia não possui influência significativa nos seus respectivos negócios e são reconhecidos a valor justo:

Outras participações	Participação %	30.09.2022	31.12.2021
Companhia Energética Rio das Antas - CERAN	5,00	-	75.804
Dona Francisca Energética S.A. - DFESA	2,12	<u>7.533</u>	<u>8.630</u>
		<u>7.533</u>	<u>84.434</u>

O valor justo desses investimentos é baseado no *enterprise value*, que consiste em um fluxo de caixa descontado e ajustado pela dívida líquida.

A Companhia também possui 20% de participação na Usina Hidrelétrica Cubatão S.A. que também é mensurada ao valor justo. A empresa constituída para este investimento encontra-se atualmente em fase de encerramento pelos acionistas tendo seu projeto de desenvolvimento devolvido para ANEEL. Os valores justos mensurados para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são zero.

A movimentação dos investimentos ao valor justo é assim demonstrada:

	Controladora e Consolidado
Em 1 de janeiro de 2021	40.476
Ajuste de avaliação patrimonial ⁽¹⁾	<u>43.958</u>
Em 31 de dezembro de 2021	84.434
Ajuste de avaliação patrimonial ⁽¹⁾	(25.337)
Reclassificação	<u>(51.564)</u>
Em 30 de setembro de 2022	<u>7.533</u>

(¹) A movimentação do ajuste de avaliação patrimonial apresentada nesta nota explicativa está bruta dos tributos diferidos, sendo o montante líquido, em 30 de setembro de 2022, R\$16.722 negativo (em 31 de dezembro de 2021, R\$29.012 positivo).

Em 15 de fevereiro de 2022, conforme Despacho Nº 426 publicado no Diário Oficial da União, a ANEEL no uso de suas atribuições aprovou no requerimento interposto pela Companhia Energética Rio das Antas S.A. – CERAN, a cessão dos Contratos Bilaterais-CBRs; CER-PA/2002 209-1 e CER-PI/2002 2101, para a CPFL Geração de Energia S.A. e a Statkraft Energias Renováveis S.A.

Diante da Cessão expressa e aprovada pela ANEEL, a SKER passa a ser detentora de 7,14% dos contratos CBRs, que tem com contraparte a CPFL Paulista e CPFL Piratininga. A soma destes dois contratos corresponde a um volume médio de 5,174429 MWm, que compreende o período de fevereiro de 2022 a dezembro de 2027.

Adicionalmente, a CERAN realizou a cessão do contrato bilateral CER-CO/2005 com a CPFL Comercialização para a SKER. Através dessa cessão a Companhia passou a deter 7,14% do volume contratado que corresponde a 0,367211 MWm, com prazo de fornecimento de fevereiro de 2022 a dezembro de 2027.

Em fevereiro de 2022 a SKER firmou um contrato bilateral no ambiente ACL de compra de energia com a Ceran, que corresponde a um volume médio de 5,541640 MWm com início de fornecimento em fevereiro de 2022 e término em dezembro de 2027.

Em 30 de junho de 2022, a Companhia concluiu que a adequada classificação e mensuração do percentual de investimento de 5% mantido na CERAN deveria ser em conta de Investimentos e avaliados pelo método de equivalência patrimonial e não como um Instrumento financeiro mensurado ao valor justo, uma vez que as condições descritas no estatuto da Ceran e também em seu acordo de acionista, concluiu pela existência de influência significativa nessa investida, principalmente pelo direito de indicação de um dos cinco membros do conselho de administração da investida considerando que suas decisões mais relevantes devem ser aprovadas no âmbito deste conselho, com no mínimo 80% dos votos, provendo à SKER a oportunidade de influenciar de forma relevante as principais decisões da Ceran. Diante do exposto, a partir de 30 de junho de 2022 o saldo de investimento de Ceran está sendo apresentado como investimento em coligada sob o método de equivalência patrimonial.

12. INVESTIMENTOS

A composição e movimentação dos investimentos em empresas controladas, coligadas e controladas em conjunto são assim demonstradas:

	Resultado de equivalência patrimonial								30.09.2022
	31.12.2021	Resultado do período	Amortização de juros capitalizados e lucros não realizados (i)	Amortização de mais valia de ativos	Aporte de capital	Dividendos destinados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Outras movimentações em Investimentos (ii)	
Passos Maia Energética S.A. (controlada em conjunto)	46.892	16.382	-	-	-	(11.268)	-	-	52.006
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas	-	14.744	-	-	-	-	-	(1.031)	13.713
Total consolidado	46.892	31.126	-	-	-	(11.268)	-	(1.031)	65.719
Passos Maia Energética S.A. (controlada em conjunto)	50.432	16.382	-	-	-	(11.268)	-	-	55.546
Energen Energias Renováveis S.A.	101.176	209	(78)	-	-	-	-	-	101.307
Esmeralda S.A.	39.986	27.886	4	-	-	(15.216)	-	-	52.660
Macaúbas Energética S.A.	91.860	11.492	(48)	-	-	(6.584)	-	-	96.720
Moinho S.A.	74.431	16.331	33	-	-	(10.337)	-	-	80.458
Morro do Cruzeiro I S.A.	41.557	(2.119)	-	-	66.283	-	(41.543)	-	64.178
Morro do Cruzeiro II S.A.	31.348	(1.380)	-	-	44.996	-	(31.333)	-	43.631
Novo Horizonte Energética S.A.	84.510	14.007	(55)	-	-	(9.402)	-	-	89.060
Oslo I S.A.	124.601	(1.808)	-	-	61.616	-	(42.952)	285	141.742
Oslo II S.A.	57.525	(1.154)	-	-	35.665	-	(8.726)	157	83.467
Oslo III S.A.	136.339	(2.805)	-	-	92.720	-	(7.049)	440	219.645
Oslo IV S.A.	90.857	873	-	-	100.738	-	(34.793)	346	158.021
Oslo V S.A.	81.777	(1.000)	-	-	87.883	-	(13.109)	346	155.897
Oslo VI S.A.	53.221	(514)	-	-	53.736	-	(13.657)	189	92.975
Oslo VII S.A.	(3)	(15)	-	-	-	-	-	18	-
Oslo VIII S.A.	47.017	(408)	-	-	31.575	-	(2.731)	252	75.705
Oslo IX S.A.	61.584	1.224	-	-	78.226	-	(19.065)	252	122.221
Oslo X S.A.	65.752	914	-	-	61.899	-	(24.321)	440	104.684
Oslo XI S.A.	20	(6)	-	-	-	-	-	-	14
Oslo XII S.A.	20	(6)	-	-	-	-	-	-	14
Oslo XIII S.A.	20	(6)	-	-	-	-	-	-	14
Oslo XIV S.A.	-	(6)	-	-	-	-	-	20	14
Santa Fé Energia S.A.	268.738	35.473	-	(8.382)	-	(28.315)	-	-	267.514
Santa Laura S.A.	37.162	18.060	8	-	-	(10.006)	-	-	45.224
Santa Rosa S.A.	85.237	39.754	32	-	-	(23.326)	-	-	101.697
Seabra Energética S.A.	84.217	12.752	(41)	-	-	(8.391)	-	-	88.537
Serra da Mangabeira S.A.	85.887	(775)	-	-	75.415	-	(3.138)	441	157.830
Statkraft Comercialização de Energia S.A.	2.017	814	-	-	8.000	-	-	-	10.831
Ventos de Santa Eugênia Energias Renováveis S.A.	25	(135)	-	-	-	-	-	110	-
Ventos de São Vitorino Energias Renováveis S.A.	-	(179)	-	-	1.432	-	(357)	(896)	-
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas	-	14.744	-	-	-	-	-	(1.031)	13.713
Total controladora	1.797.313	198.599	(145)	(8.382)	800.184	(122.845)	(242.774)	1.369	2.423.319

- (i) Amortização de serviços e juros capitalizados durante o período de implantação das subsidiárias, realizada conforme prazo de autorização das usinas.
- (ii) Reclassificação das variações que compõem o patrimônio líquido negativo apurado para o período das controladas Ventos de Santa Eugênia, Ventos de São Vitorino e Oslo VII; juros capitalizáveis sobre empréstimos tomados para o projeto Ventos de Santa Eugênia no montante de R\$2.863 e reconhecimento do investimento Ceran conforme proporção de participação no patrimônio líquido da investida.

	31.12.2020	Resultado de equivalência patrimonial						Adiantamento para futuro aumento de capital	Outras movimentações em Investimentos (ii)	31.12.2021
		Resultado do exercício	Amortização de juros capitalizados e lucros não realizados (i)	Amortização de mais valia de ativos	Aporte de capital	Redução de capital	Dividendos destinados			
Passos Maia Energética S.A. (controlada em conjunto)	48.714	12.555	-	-	-	(2.500)	(11.877)	-	-	46.892
Total consolidado	48.714	12.555	-	-	-	(2.500)	(11.877)	-	-	46.892
Passos Maia Energética S.A. (controlada em conjunto)	52.255	12.555	-	-	-	(2.500)	(11.878)	-	-	50.432
Energen Energias Renováveis S.A.	105.011	(3.778)	(57)	-	-	-	-	-	-	101.176
Esmeralda S.A.	38.403	35.134	12	-	-	(7.000)	(26.563)	-	-	39.986
Macaúbas Energética S.A.	101.440	9.851	(60)	-	-	(15.000)	(4.371)	-	-	91.860
Moinho S.A.	71.632	23.846	43	-	-	(14.000)	(7.090)	-	-	74.431
Morro do Cruzeiro I S.A.	-	(6)	-	-	20	-	-	41.543	-	41.557
Morro do Cruzeiro II S.A.	-	(5)	-	-	20	-	-	31.333	-	31.348
Novo Horizonte Energética S.A.	86.567	14.088	(68)	-	-	(8.000)	(8.077)	-	-	84.510
Oslo I S.A.	71.282	(926)	-	-	2.163	-	-	51.432	650	124.601
Oslo II S.A.	39.677	(351)	-	-	1.706	-	-	16.132	361	57.525
Oslo III S.A.	117.625	(1.841)	-	-	720	-	-	18.824	1.011	136.339
Oslo IV S.A.	7.367	(1.407)	-	-	4.691	-	-	79.411	794	90.857
Oslo V S.A.	7.364	(1.596)	-	-	5.956	-	-	69.259	794	81.777
Oslo VI S.A.	4.050	(777)	-	-	7.483	-	-	42.032	433	53.221
Oslo VII S.A.	48	(50)	-	-	-	-	-	-	-	(2)
Oslo VIII S.A.	28.616	(833)	-	-	6.225	-	-	12.646	361	47.015
Oslo IX S.A.	5.571	(1.270)	-	-	6.750	-	-	49.956	578	61.584
Oslo X S.A.	5.428	(930)	-	-	5.918	-	-	54.759	578	65.753
Oslo XI S.A.	-	-	-	-	20	-	-	-	-	20
Oslo XII S.A.	-	-	-	-	20	-	-	-	-	20
Oslo XIII S.A.	-	-	-	-	20	-	-	-	-	20
Oslo XIV S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Fé Energia S.A.	287.944	32.359	-	(11.179)	-	-	(31.227)	-	(9.159)	268.738
Santa Laura S.A.	38.264	21.976	16	-	-	(8.000)	(15.094)	-	-	37.162
Santa Rosa S.A.	81.297	50.998	80	-	-	(10.000)	(37.138)	-	-	85.237
Seabra Energética S.A.	86.113	14.095	(51)	-	-	(8.000)	(7.940)	-	-	84.217
Serra da Mangabeira S.A.	9.460	(1.686)	-	-	6.433	-	-	70.669	1.011	85.887
Statkraft Comercialização de Energia S.A.	-	23	-	-	2.000	-	(6)	-	-	2.017
Ventos de Santa Eugênia Energias Renováveis S.A.	109	(84)	-	-	-	-	-	-	-	25
Ventos de São Vitorino Energias Renováveis S.A.	-	(3.407)	-	-	670	-	-	2.131	606	-
Total controladora	1.245.523	195.978	(85)	(11.179)	50.815	(72.500)	(149.384)	540.127	(1.982)	1.797.313

- (i) Amortização de serviços e juros capitalizados durante o período de implantação das subsidiárias, realizada conforme prazo de autorização das usinas.
- (ii) Reclassificação das variações que compõem o patrimônio líquido negativo apurado para o período da controlada Ventos de São Vitorino; juros capitalizáveis sobre empréstimos tomados para o projeto Ventos de Santa Eugênia no montante de R\$6.572 e impairment de goodwill da investida Santa Fé no montante de (R\$9.159).

As principais informações das participações societárias mantidas estão resumidas a seguir:

30 de setembro de 2022	Participação no capital social - %	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Amortização de mais valia de ativos	Equivalência patrimonial ajustada com os lucros realizados dos ativos
Empresas controladas							
Energen Energias Renováveis S.A.	99,99	107.150	7.077	99.864	209	-	131
Esmeralda S.A.	100	56.076	3.344	24.843	27.889	-	27.890
Macaúbas Energética S.A.	100	104.454	9.051	83.911	11.492	-	11.444
Moinho S.A.	100	83.778	2.725	64.722	16.331	-	16.364
Novo Horizonte Energética S.A.	100	92.983	5.425	73.551	14.007	-	13.952
Oslo I S.A.	100	253.081	112.273	142.616	(1.808)	-	(1.808)
Oslo II S.A.	100	144.884	59.535	86.503	(1.154)	-	(1.154)
Oslo III S.A.	100	418.604	200.310	221.099	(2.805)	-	(2.805)
Oslo IV S.A.	100	280.006	118.722	160.411	873	-	873
Oslo V S.A.	100	248.816	94.060	155.756	(1.000)	-	(1.000)
Oslo VI S.A.	100	134.241	47.257	87.498	(514)	-	(514)
Oslo VII S.A.	100	33	51	(3)	(15)	-	(15)
Oslo VIII S.A.	100	129.441	54.349	75.500	(408)	-	(408)
Oslo IX S.A.	100	208.981	87.590	120.167	1.224	-	1.224
Oslo X S.A.	100	187.736	84.069	102.753	914	-	914
Santa Fé Energia S.A.	100	148.731	952	112.306	35.473	(8.382)	27.091
Santa Laura S.A.	100	48.298	2.969	27.269	18.060	-	18.068
Santa Rosa S.A.	100	103.857	1.319	62.784	39.754	-	39.786
Seabra Energética S.A.	100	92.455	5.038	74.665	12.752	-	12.711
Serra da Mangabeira S.A.	100	289.925	133.698	157.150	(923)	-	(775)
Statkraft Comercialização de Energia S.A.	100	40.202	30.370	9.018	814	-	814
Ventos de Santa Eugênia Energias Renováveis S.A.	100	118	228	25	(135)	-	(135)
Ventos de São Vitorino Energias Renováveis S.A.	100	370	806	(257)	(179)	-	(179)
Oslo XI S.A.	100	14	-	20	(6)	-	(6)
Oslo XII S.A.	100	14	-	20	(6)	-	(6)
Oslo XIII S.A.	100	14	-	20	(6)	-	(6)
Oslo XIV S.A.	100	14	-	20	(6)	-	(6)
Morro do Cruzeiro I S.A.	100	66.706	2.528	66.297	(2.119)	-	(2.119)
Morro do Cruzeiro II S.A.	100	45.848	2.217	45.011	(1.380)	-	(1.380)
Participação nos lucros de controladas							158.946
Empresa coligada							
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas	5	819.772	539.743	240.000	40.029	-	2.001
Empresa controlada em conjunto							
Passos Maia Energética S.A.	50	107.253	3.242	71.247	32.765	-	16.382
Participação nos lucros de coligadas							18.383
Participação total nos lucros de coligadas e controladas							177.329

	Participação no capital social - %	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Amortização de mais valia de ativos	Equivalência patrimonial ajustada com os lucros realizados dos ativos
30 de setembro de 2021							
Empresas controladas							
Energen Energias Renováveis S.A.	99,99	106.828	8.489	103.643	(5.303)	-	(5.346)
Esmeralda S.A.	100	54.666	1.188	25.805	27.673	-	27.679
Macaúbas Energética S.A.	100	107.034	14.764	82.983	9.286	-	9.241
Moinho S.A.	100	90.469	9.561	56.876	24.033	-	24.065
Novo Horizonte Energética S.A.	100	93.840	9.960	72.211	11.668	-	11.617
Oslo I S.A.	100	133.894	52.513	81.925	(544)	-	(544)
Oslo II S.A.	100	89.331	38.500	51.189	(359)	-	(359)
Oslo III S.A.	100	241.790	112.512	130.220	(943)	-	(943)
Oslo IV S.A.	100	99.955	39.739	61.081	(864)	-	(864)
Oslo V S.A.	100	103.022	34.602	69.470	(1.050)	-	(1.050)
Oslo VI S.A.	100	52.113	18.059	34.539	(485)	-	(485)
Oslo VII S.A.	100	63	62	47	(47)	-	(47)
Oslo VIII S.A.	100	65.736	21.500	44.758	(522)	-	(522)
Oslo IX S.A.	100	65.867	23.362	43.211	(707)	-	(707)
Oslo X S.A.	100	70.034	28.839	41.784	(588)	-	(588)
Santa Fé Energia S.A.	100	151.669	2.273	122.947	26.450	(8.385)	18.065
Santa Laura S.A.	100	48.682	939	30.093	17.650	-	17.662
Santa Rosa S.A.	100	105.563	885	64.686	39.992	-	40.052
Seabra Energética S.A.	100	93.549	8.580	72.309	12.660	-	12.622
Serra da Mangabeira S.A.	100	139.683	57.300	83.420	(1.037)	-	(1.037)
Statkraft Comercialização de Energia S.A.	100	1.012	1	1.000	11	-	11
Ventos de Santa Eugênia Energias Renováveis S.A.	100	335	229	109	(3)	-	(3)
Ventos de São Vitorino Energias Renováveis S.A.	100	487	1.161	1.403	(2.077)	-	(2.077)
Participação nos lucros de controladas							146.442
Empresa controlada em conjunto							
Passos Maia Energética S.A.	50	109.111	10.244	74.637	24.229	-	12.115
Participação nos lucros de coligadas							12.115
Participação total nos lucros de coligadas e controladas							158.557

13. IMOBILIZADO

	Controladora									
	Terrenos	Reservatório, Barragens e Adutoras	Ferramentas, Máquinas e Equipamentos	Linhas de transmissão	Veículos	Móveis e utensílios	Edifícios	Arrendamentos	Imobilizado em curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.271	232.005	187.939	1.838	429	10.576	38.347	10.203	21.752	509.360
Custo histórico	6.347	365.001	194.024	1.963	1.258	14.774	42.644	13.563	21.752	661.326
Mais valia de imobilizado	2.387	45.989	97.699	832	69	2.030	12.621	-	-	161.627
Depreciação acumulada	(1.830)	(133.287)	(76.832)	(728)	(877)	(5.628)	(13.656)	(3.360)	-	(236.198)
Amortização de mais valia	(633)	(13.018)	(26.952)	(229)	(21)	(600)	(3.262)	-	-	(44.715)
Provisão para redução ao valor recuperável	-	(32.680)	-	-	-	-	-	-	-	(32.680)
Ingressos	-	-	-	-	-	-	-	-	52.994	52.994
Baixas - custo histórico	-	(35.788)	(220)	-	(978)	(3.716)	(98)	(2.510)	(8.549)	(51.859)
Baixas - depreciação acumulada	-	12.784	77	-	646	2.398	11	228	-	16.144
Transferências para imobilizado em serviço	-	34.726	591	-	-	104	-	2.698	(38.119)	-
Amortização de Mais-Valia	(316)	(7.145)	(13.476)	(116)	(6)	(301)	(1.966)	-	-	(23.326)
Depreciação	(3)	(3.303)	(6.149)	(69)	(59)	(974)	(806)	(1.883)	-	(13.246)
Reversão de provisão para redução ao valor recuperável	-	32.680	-	-	-	-	-	-	-	32.680
Provisão para redução ao valor recuperável	(118)	(8.734)	(10.246)	(74)	-	(57)	(4.787)	-	-	(24.016)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.834	257.225	158.516	1.579	32	8.030	30.701	8.736	28.078	498.731
Custo histórico	6.347	365.577	194.410	1.963	335	11.200	42.703	13.751	28.078	664.364
Mais valia de imobilizado	2.387	45.989	97.684	832	14	1.992	12.464	-	-	161.362
Depreciação acumulada	(1.833)	(129.853)	(83.875)	(798)	(310)	(4.242)	(14.608)	(5.015)	-	(240.534)
Amortização de mais valia	(949)	(15.754)	(39.457)	(344)	(7)	(863)	(5.071)	-	-	(62.445)
Provisão para redução ao valor recuperável	(118)	(8.734)	(10.246)	(74)	-	(57)	(4.787)	-	-	(24.016)
Ingressos	-	-	-	-	-	-	-	-	4.875	4.875
Baixas - custo histórico	-	-	(57)	-	-	-	-	-	-	(57)
Baixas - depreciação acumulada	-	-	13	-	-	-	-	-	-	13
Transferências para imobilizado em serviço	-	-	3.374	-	-	6	189	331	(3.900)	-
Transferências para o intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	(4)	(4)
Amortização de Mais-Valia	(169)	(3.506)	(6.753)	(61)	(1)	(160)	(799)	-	-	(11.449)
Depreciação	(4)	(3.689)	(4.918)	(50)	(11)	(582)	(720)	(1.435)	-	(11.409)
Transferência de custo por classe	-	(1.163)	977	-	-	26	158	-	-	(2)
Transferência de depreciação por classe	-	1.163	(977)	-	-	(26)	(158)	-	-	2
Saldo em 30 de setembro de 2022	5.661	250.030	150.175	1.468	20	7.294	29.371	7.632	29.049	480.700
Custo histórico	6.347	364.414	198.704	1.963	335	11.194	42.893	14.082	29.049	668.981
Mais valia de imobilizado	2.387	45.989	97.684	832	14	2.030	12.621	-	-	161.557
Depreciação acumulada	(1.836)	(132.378)	(88.788)	(848)	(321)	(4.812)	(15.329)	(6.450)	-	(250.762)
Amortização de mais valia	(1.119)	(19.261)	(47.179)	(405)	(8)	(1.061)	(6.027)	-	-	(75.060)
Provisão para redução ao valor recuperável	(118)	(8.734)	(10.246)	(74)	-	(57)	(4.787)	-	-	(24.016)
Taxa média depreciação anual %	1,98%	1,75%	3,94%	3,97%	3,44%	5,61%	2,74%	10,19%		-

Consolidado

	Terrenos	Reservatorio , Barragens e Adutoras	Ferramentas, Maquinas e Equipamentos	Linhas de transmissão	Aerogera dores	Veiculos	Móveis e utensílios	Edifícios	Arrenda mentos	Imobiliza do em Andamen to	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	18.855	425.740	326.165	15.558	315.038	435	12.880	75.611	14.167	357.366	1.561.815
Custo histórico	20.702	639.957	405.416	19.460	561.410	1.271	18.613	99.324	18.525	357.366	2.142.044
Mais valia de imobilizado	5.435	73.031	114.731	2.675	-	69	2.157	14.185	-	-	212.283
Depreciação acumulada	(5.498)	(236.037)	(164.311)	(5.814)	(228.230)	(884)	(7.270)	(34.343)	(4.358)	-	(686.745)
Amortização de mais valia	(1.105)	(18.531)	(29.592)	(515)	-	(21)	(620)	(3.547)	-	-	(53.931)
Redução do valor recuperável dos ativos	(679)	(32.680)	(79)	(248)	(18.142)	-	-	(8)	-	-	(51.836)
Adições **	594	35.174	28.122	-	-	-	104	(24)	7.083	1.030.563	1.101.616
Baixas custo	-	(35.788)	(219)	-	-	(978)	(3.716)	(98)	(4.752)	(9.140)	(54.691)
Baixas depreciação	-	12.784	77	-	-	646	2.398	11	841	-	16.757
Transferências Intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(21)	(21)
Transferências custo	-	166	3.009	-	100	(7)	(5)	1.943	-	-	5.206
Amortização Mais-Valia	(553)	(10.562)	(14.795)	(257)	-	14	(310)	(2.130)	-	-	(28.593)
Depreciação	(29)	(6.590)	(11.044)	(654)	(31.930)	(75)	(1.197)	(1.750)	(2.721)	-	(55.990)
Reversão de provisão para redução ao valor recuperável	-	32.680	-	-	-	-	(57)	(4.787)	-	-	32.680
Provisão para redução ao valor recuperável	(118)	(8.734)	(10.246)	(74)	-	-	(57)	(4.787)	-	-	(24.016)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	18.749	444.870	321.014	14.573	283.208	35	10.074	68.771	14.618	1.378.851	2.554.763
Custo histórico	21.296	639.509	436.343	19.460	561.510	341	14.996	101.145	20.856	1.378.851	3.194.307
Mais valia de imobilizado	5.435	73.031	114.716	2.675	-	14	2.157	14.185	-	-	212.213
Depreciação acumulada	(6.206)	(234.250)	(175.406)	(6.716)	(259.635)	(313)	(6.069)	(36.090)	(6.238)	-	(730.923)
Amortização de mais valia	(1.514)	(24.686)	(44.387)	(463)	-	(7)	(930)	(5.677)	-	-	(77.664)
Redução do valor recuperável dos ativos	(262)	(8.734)	(10.252)	(383)	(18.667)	-	(80)	(4.792)	-	-	(43.170)
Adições **	-	-	-	-	-	-	-	-	331	883.901	884.232
Baixas custo	-	-	(57)	-	(1.198)	-	-	-	-	(10.363)	(11.618)
Baixas depreciação	-	-	13	-	679	-	-	-	-	-	692
Transferências custo	-	-	51.965	-	4.201	-	38	1.076	-	(57.280)	-
Amortização Mais-Valia	(346)	(6.071)	(7.740)	(169)	-	(1)	(145)	(917)	-	-	(15.389)
Depreciação	(19)	(6.180)	(8.039)	(491)	(23.965)	(12)	(731)	(1.415)	(2.233)	-	(43.085)
Saldo em 30 de Setembro de 2022	18.384	432.619	357.156	13.913	262.925	22	9.236	67.515	12.716	2.195.109	3.369.595
Custo histórico	21.296	639.509	488.251	19.460	564.513	341	15.034	102.221	21.187	2.195.109	4.066.921
Mais valia de imobilizado	5.435	73.031	114.716	2.675	-	14	2.157	14.185	-	-	212.213
Depreciação acumulada	(6.225)	(240.430)	(183.432)	(7.207)	(282.921)	(325)	(6.800)	(37.505)	(8.471)	-	(773.316)
Amortização de mais valia	(1.860)	(30.757)	(52.127)	(632)	-	(8)	(1.075)	(6.594)	-	-	(93.053)
Redução do valor recuperável dos ativos *	(262)	(8.734)	(10.252)	(383)	(18.667)	-	(80)	(4.792)	-	-	(43.170)
Taxa média depreciação anual %	1,37%	1,72%	2,62%	2,98%	4,25%	3,66%	5,10%	2,00%	10,54%	-	-

(*) A provisão de perda ao valor recuperável da EOL Energen tem base nos seguintes indicativos: produção abaixo da estimada pela Administração; redução da vida útil do ativo imobilizado e revisão da taxa de desconto. Houve o reconhecimento da perda por “impairment” no ativo imobilizado desta investida no montante total de R\$19.154. Em 2021, foi realizado teste de impairment dos ativos gerando uma provisão de perda ao valor recuperável no total de

R\$24.016.

(**) As adições no período têm como parte relevante de sua composição os valores pagos pelas subsidiárias envolvidas no projeto Ventos de Santa Eugênia ao fornecedor de turbinas para início da construção do parque eólico conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

Abaixo é apresentada a taxa média anual de depreciação conforme alteração da estimativa da vida útil de ativos mencionada na nota explicativa nº 3.1 a):

Grupo de ativos imobilizados e intangíveis	Taxa Média Ponderada
Aerogeradores	5,46%
Direito de Softwares	19,89%
Edifícios	3,58%
Ferramentas, Máquinas e Equipamentos	5,31%
Linhas de transmissão	4,29%
Móveis e utensílios	8,85%
Outros Intangíveis	5,29%
Reservatório, Barragens e Adutoras	2,79%
Terrenos	1,56%
Uso do bem público	4,15%
Veículos	14,43%

a) Custo de remoção de imobilizado

Os gastos de desmobilização foram mensurados com base em estimativas e tem como base as informações disponíveis para os custos de desmontagem dos equipamentos e obras civis, inflacionados e descontados à taxa média de custo de capital de cada empreendimento. A provisão de desmobilização dos parques eólicos é parte do custo de imobilizado. Com relação a constituição desta provisão para os ativos em construção, a mesma é realizada de acordo com o andamento da obra.

O saldo de provisão para remoção de imobilizado é apresentado da seguinte forma:

	Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021
UEE Energen	3.810	3.659
UEE Macaúbas	3.145	3.020
UEE Novo Horizonte	2.696	2.589
UEE Seabra	2.696	2.589
UEE Oslo I	8.260	8.260
UEE Oslo II	4.078	4.078
UEE Oslo III	10.131	10.131
UEE Oslo IV	6.086	6.086
UEE Oslo V	5.250	5.250
UEE Oslo VI	2.869	2.869
UEE Oslo VII	3.066	3.066
UEE Oslo VIII	3.849	3.849
UEE Oslo IX	4.206	4.206
UEE Oslo X	6.285	6.285
Total	66.427	65.937

14. INTANGÍVEL

	Controladora						Total
	Direito de Softwares	Mais valia de contratos	Uso do bem público	Ativo Regulatório	Outros Intangíveis	Projetos em desenvolvimento	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.167	52.697	30.328	-	568	129.994	215.754
Custo histórico	4.445	-	57.010	-	784	129.994	192.233
Mais valia de intangível	166	75.791	-	-	-	-	75.957
Amortização acumulada	(2.388)	-	(26.682)	-	(216)	-	(29.286)
Amortização de mais valia	(56)	(23.094)	-	-	-	-	(23.150)
Ingressos	2	-	-	66.618	19	-	66.639
Amortização Mais-Valia	(34)	(11.657)	-	-	-	-	(11.691)
Amortização	(561)	-	(1.869)	(1.855)	(21)	-	(4.306)
Provisão para redução ao valor recuperável	(1)	(3.523)	-	-	-	-	(3.524)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.573	37.517	28.459	64.763	566	129.994	262.872
Custo histórico	4.444	-	57.010	66.618	802	129.994	258.868
Mais valia de intangível	166	75.794	-	-	-	-	75.960
Amortização acumulada	(2.949)	-	(28.551)	(1.855)	(236)	-	(33.591)
Amortização de mais valia	(87)	(34.754)	-	-	-	-	(34.841)
Provisão para redução ao valor recuperável	(1)	(3.523)	-	-	-	-	(3.524)
Transferência Imobilizado	22	-	-	-	(16)	(2)	4
Amortização Mais-Valia	(23)	(8.013)	-	-	(2)	-	(8.038)
Amortização	(423)	-	(1.402)	(5.563)	(14)	-	(7.402)
Saldo em 30 de setembro de 2022	1.149	29.481	27.057	59.200	559	129.992	247.438
Custo histórico	4.466	-	57.010	66.618	786	129.992	258.872
Mais valia de intangível	166	75.731	-	-	64	-	75.961
Amortização acumulada	(3.372)	-	(29.953)	(7.418)	(250)	-	(40.993)
Amortização de mais valia	(110)	(42.727)	-	-	(41)	-	(42.878)
Provisão para redução ao valor recuperável	(1)	(3.523)	-	-	-	-	(3.524)

	Consolidado						Total
	Direito de Softwares	Ágio	Mais valia de contratos	Uso do bem público	Outros Intangíveis	Projetos em desenvolvimento	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.929	46.595	116.569	30.328	3.024	129.994	331.439
Custo histórico	9.865	3.541	-	57.010	3.469	129.994	203.879
Mais valia de intangível	160	43.054	151.337	-	434	-	194.985
Amortização acumulada	(5.040)	-	-	(26.682)	(789)	-	(32.511)
Amortização de mais valia	(56)	-	(34.768)	-	(90)	-	(34.914)
Adições	-	-	-	-	96.364	-	96.364
Transferência Imobilizado	-	-	-	-	21	-	21
Amortização Mais-Valia	(31)	-	(17.497)	-	(45)	-	(17.573)
Amortização	(1.465)	-	-	(1.869)	(2.648)	-	(5.982)
Provisão para redução ao valor recuperável	(1)	(9.159)	(3.502)	-	(21)	-	(12.683)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.432	37.436	95.570	28.459	96.695	129.994	391.586
Custo histórico	9.865	3.541	-	57.010	99.854	129.994	300.264
Mais valia de intangível	160	43.053	151.337	-	434	-	194.984
Amortização acumulada	(6.505)	-	-	(28.551)	(3.437)	-	(38.493)
Amortização de mais valia	(87)	-	(52.265)	-	(135)	-	(52.487)
Provisão para redução ao valor recuperável	(1)	(9.159)	(3.502)	-	(21)	-	(12.683)
Adições	11	-	-	-	-	-	11
Baixas custo	-	-	-	-	-	(2)	(2)
Transferência	360	-	-	-	(360)	-	-
Amortização Mais-Valia	(23)	-	(12.398)	-	(28)	-	(12.449)
Amortização	(1.123)	-	-	(1.402)	(7.097)	-	(9.622)
Saldo em 30 de setembro de 2022	2.657	37.435	83.172	27.057	89.210	129.992	369.523
Custo histórico	10.236	3.541	-	57.010	99.494	129.992	300.273
Mais valia de intangível	160	43.053	151.337	-	434	-	194.984
Amortização acumulada	(7.628)	-	-	(29.953)	(10.534)	-	(48.115)
Amortização de mais valia	(110)	-	(64.663)	-	(163)	-	(64.936)
Provisão para redução ao valor recuperável	(1)	(9.159)	(3.502)	-	(21)	-	(12.683)

14.1. Ágio na aquisição de controladas

O ágio registrado contabilmente no montante de R\$37.436 é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGC) Passos Maia Energética S.A. e Santa Fé Energia S.A, conforme quadro abaixo:

Passos Maia S.A.	3.541
Santa Fé Energia S.A.	33.895
	<u>37.436</u>

Em 31 de dezembro de 2021 foi reconhecida uma perda sobre o valor recuperável do ágio sobre expectativa de rentabilidade futura da investida Santa Fé Energia S.A. no montante de R\$9.159.

14.2. Aquisições do ativo intangível

Em decorrência da aderência às tratativas de repactuação do risco hidrológico previstas na Lei 14.052/2020, conforme mencionado na nota explicativa de nº 7, no exercício de 2021 o Grupo reconheceu o direito da extensão do prazo de concessão das usinas no ativo intangível nos montantes de R\$66.618 na controladora e R\$96.364 no consolidado.

15. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

A Companhia possui terras adquiridas com o intuito de investimento, que podem futuramente fazer parte de projetos de usinas hidrelétricas (ou pequenas centrais hidrelétricas) quais são parte de desenvolvimentos de estudos e projetos básicos, ou ainda serem negociadas com outras partes.

As movimentações nesta rubrica podem ser verificadas conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2021	15.123
Reversão parcial da provisão de valor recuperável	3.969
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>19.092</u>
Baixas	(221)
Reclassificação para ativos não circulantes mantidos para venda	(16.632)
Saldo em 30 de setembro de 2022	<u>2.239</u>

Em 2021 a Companhia reavaliou o valor justo das propriedades para investimentos através de modelagem interna, não identificando indicativos para reconhecimento de perda para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Em 30 de setembro de 2022 não há indícios de alteração relevantes nos valores justos das propriedades para investimento.

Em 30 setembro de 2022 a Companhia reclassificou para ativo não circulante disponível para venda terras referentes a projetos descontinuados. O valor do conjunto de terras corresponde ao valor justo que é menor que seu valor contábil de custo.

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Fornecedores de materiais e serviços	8.706	11.612	21.990	30.481
Contratos de compra de energia elétrica	696	-	26.041	-
Mercado de curto prazo a pagar	-	-	58	-
Déficit de geração aos contratos CER	-	-	1.302	1.665
Saldo a liquidar referente contratos do PROINFA	-	-	-	641
	<u>9.402</u>	<u>11.612</u>	<u>49.391</u>	<u>32.787</u>

17. FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Os financiamentos mantidos pelo Grupo são em sua totalidade oriundos dos financiamentos de construção das suas SPEs ou para aquisição de ativos, e têm sua composição assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Financiamento de obras - BNB (a)	-	-	901.818	412.161
Debêntures (b)	118.837	152.598	118.837	152.598
Outros Empréstimos (c)	256.473	406.215	256.473	406.215
Total	<u>375.310</u>	<u>558.813</u>	<u>1.277.128</u>	<u>970.974</u>

Apresentados como:

Passivo circulante	184.093	227.765	184.093	244.953
Passivo não circulante	191.217	331.048	1.093.035	726.021

a) Financiamento de obras - Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Em 15 de dezembro de 2020, o Grupo celebrou junto ao BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A. contratos de financiamento no montante de até R\$1.062.378, dos quais aproximadamente metade já foi desembolsado no nível das investidas constituídas para a construção dos parques eólicos que compõem o projeto Ventos de Santa Eugênia. Os contratos possuem carência de 3 anos com juros capitalizados e prazo total de 24 anos. O custo médio ponderado dessa captação é de 1,2531% a.a. adicionado ao IPCA.

Em 09 de março de 2022, o Grupo celebrou junto ao BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A. contratos de financiamento no montante de R\$256.729 para a construção dos parques eólicos que compõem o projeto Morro do Cruzeiro. Os contratos possuem carência de 3 anos e prazo total de 22 anos. O custo de captação compreende juros de 3,61% a.a. adicionados ao IPCA. Até o período findo em 30 de setembro de 2022 não houve desembolsos incorridos para tais contratos.

b) Debêntures

Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia emitiu 230.000 debêntures não conversíveis em ações com garantia real a ser convolada em espécie quirografária, valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), e prazo de vencimento de 5 anos, sendo a primeira amortização liquidada em junho de 2021. A última amortização ocorrerá em dezembro de 2023. Conforme previsto na escritura de emissão, após o atingimento de algumas condições precedentes a operação passou a não possuir garantias, o que foi atingido ainda em 2018, sendo as principais características juros remuneratórios e “covenants” especificados a seguir:

(i) Juros remuneratórios

Sobre o valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da taxa DI, acrescida de sobretaxa de 0,95% ao ano calculados de forma exponencial e cumulativa “pro rata temporis”, por dias úteis decorridos, desde a primeira taxa de integralização ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

(ii) Cláusulas de Eventos de Inadimplemento

A escritura de debêntures possui cláusula que requer que, durante o período de amortização do contrato, a Companhia acompanhe em bases semestrais o índice financeiro calculado por meio da dívida líquida sobre EBITDA igual ou menor do que 3,5x. A Companhia se mantém em conformidade com a referida cláusula, tendo apurado índice de 0,8x para 30 de junho de 2022 (2,2x para 31 de dezembro de 2021), ou seja, está adimplente para os referidos períodos.

c) Outros empréstimos

i) Gerenciamento de dívida

Em 20 de fevereiro de 2020, a Companhia contratou o montante de R\$255.000 com o Banco BNP Paribas Brasil. Esse contrato está amparado pela Lei 4.131 de setembro de 1962. O empréstimo foi utilizado para realizar aportes de capital nas subsidiárias da Companhia com a finalidade de liquidação de dívidas a nível das investidas junto aos bancos BNB e BNDES. A taxa de juros fixa é de 6,5% a.a., e a dívida está denominada em reais. As garantias estão atreladas aos recebíveis oriundos de alguns contratos de longo prazo de venda de energia da Companhia. Para evitar vencimento antecipado, a Companhia terá que manter seu índice de dívida líquida sobre EBITDA menor ou igual a 3,5x semestralmente, a partir de 30 de junho de 2020. A Companhia se mantém em conformidade com a referida cláusula, tendo apurado índice de 0,8x para 30 de junho de 2022 (2,2x para 31 de dezembro de 2021). As amortizações ocorrerão por meio de parcelas iguais e semestrais, com o primeiro vencimento em 27 de fevereiro de 2023 encerrando em 27 de fevereiro de 2025.

ii) Empréstimo ponte para construção

Em 8 de setembro de 2020, a Companhia contratou o montante de R\$145.000 por meio do aditamento do contrato constante do item c.1 acima. O empréstimo foi utilizado para aportes de capital nas subsidiárias da Companhia com a finalidade construção. A taxa de juros fixa foi determinada em 4,5% a.a. e condições de amortização do principal em 8 de junho de 2022 e amortização dos juros em parcelas trimestrais iniciando em 8 de dezembro de 2020 e encerrando em 8 de junho de 2022.

O referido empréstimo ponte teve seu montante principal e juros remanescentes quitados em 08 de junho de 2022.

A movimentação dos financiamentos do Grupo pode ser assim demonstrada:

	Controladora
Em 1º de janeiro de 2021	634.448
Pagamento de principal	(76.636)
Pagamento de encargos	(33.039)
Juros capitalizados	6.571

Custos e encargos financeiros apropriados ao resultado	27.469
Em 31 de dezembro de 2021	<u>558.813</u>
Pagamento de principal	(183.318)
Pagamento de encargos	(29.089)
Juros capitalizados	2.863
Custos e encargos financeiros apropriados ao resultado	26.041
Em 30 de Setembro de 2022	<u>375.310</u>

	Consolidado
Em 1º de janeiro de 2021	634.448
Captação de financiamentos	399.236
Custos e encargos a apropriar	(5.417)
Pagamento de principal	(76.636)
Pagamento de encargos	(33.039)
Juros capitalizados	26.816
Custos e encargos apropriados no resultado	25.566
Em 31 de dezembro de 2021	<u>970.974</u>
Captação de financiamentos	454.151
Custos e encargos a apropriar	(7.435)
Pagamento de principal	(183.318)
Pagamento de encargos	(29.089)
Juros capitalizados	45.804
Custos e encargos apropriados no resultado	26.041
Em 30 de Setembro de 2022	<u>1.277.128</u>

Abaixo é demonstrado o fluxo de vencimento das parcelas apresentadas no longo prazo:

Em 30 de Setembro de 2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026	Total
Financiamento de obras - Banco do Nordeste do Brasil S.A.	-	15.288	22.368	25.313	838.847	901.816
Debêntures	38.219	-	-	-	-	38.219
Outros Empréstimos	-	102.000	51.000	-	-	153.000
	<u>38.219</u>	<u>117.288</u>	<u>73.368</u>	<u>25.313</u>	<u>838.847</u>	<u>1.093.035</u>

18. CONCESSÕES A PAGAR

Refere-se integralmente à obrigação a pagar decorrente do contrato de concessão firmado com a ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Monel, ajustado a valor presente, considerando a taxa de juros de 9,50% ao ano. A correspondente obrigação é paga em parcelas mensais, atualizadas anualmente com base na variação do IGPM, calculado pela Fundação Getúlio Vargas. A primeira parcela teve seu vencimento em setembro de 2009, data de início da operação comercial da usina, e a última terá seu vencimento em abril de 2037.

Em 1º de janeiro de 2021	96.588
Pagamentos realizados	(10.943)
Encargos financeiros apropriados ao resultado	25.175
Em 31 de dezembro de 2021	<u>110.820</u>

Pagamentos realizados	(9.984)
Encargos financeiros apropriados ao resultado	16.691
Em 30 de setembro de 2022	<u>117.527</u>

	30.09.2022	31.12.2021
Passivo circulante	15.701	14.605
Passivo não circulante	101.826	96.215

19. ARRENDAMENTOS

A Companhia e suas controladas possuem contratos de locação de salas comerciais, veículos e terras. Esses contratos são classificados como arrendamento mercantil operacional e seus valores mínimos são reajustados anualmente, conforme índices de inflação previstos em contrato.

Em 1º de janeiro de 2019, conforme levantamento e análise dos contratos considerados no escopo da norma (CPC 06(R2)), a Companhia considerou o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo de arrendamento. A mensuração dos passivos de arrendamento compreende o fluxo futuro dos pagamentos mínimos de aluguel trazidos a valor presente pela taxa real de desconto. Tal taxa de desconto corresponde à taxa incremental sobre os empréstimos de cada empresa do Grupo com base no prazo médio de cada contrato de arrendamento.

Em 30 de setembro de 2022, os passivos de arrendamentos estão representados na rubrica de “Arrendamentos” do balanço patrimonial e são devidos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Menos de 1 ano	2.874	2.888	3.951	4.262
Entre 2 e 5 anos	8.137	8.654	12.071	12.298
Mais de 5 anos	2.025	3.105	14.463	16.637
Total dos pagamentos mínimos	<u>13.036</u>	<u>14.647</u>	<u>30.485</u>	<u>33.197</u>
Encargos financeiros futuros	<u>(2.517)</u>	<u>(2.773)</u>	<u>(14.788)</u>	<u>(15.230)</u>
Valor presente dos pagamentos mínimos	<u>10.519</u>	<u>11.874</u>	<u>15.697</u>	<u>17.967</u>
Apresentados como:				
Circulante	2.842	2.889	3.918	4.261
Não circulante	7.677	8.985	11.779	13.706

A mensuração inicial do ativo de direito de uso, corresponde ao mesmo valor do passivo de arrendamento e é reconhecido ao valor presente. Os saldos estão representados na rubrica de imobilizado do balanço patrimonial e em nota explicativa nº 13 e podem ser apresentados conforme classes abaixo:

	Controladora				Consolidado			
	Terras	Salas Comerciais	Veículos	Total	Terras	Salas Comerciais	Veículos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	37	7.884	2.282	10.203	2.412	7.883	3.872	14.167
Adições	-	-	188	188	1.632	-	2.941	4.573
Baixas	-	-	-	-	-	-	(1.589)	(1.589)
Amortização	(2)	(975)	(906)	(1.883)	(176)	(975)	(1.610)	(2.761)
Remensuração de ativos	-	-	228	228	-	-	228	228
Saldo em 31 de dezembro de 2021	35	6.909	1.792	8.736	3.868	6.908	3.842	14.618
Adições	-	-	331	331	-	-	331	331
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	(1)	(732)	(702)	(1.435)	(141)	(732)	(1.360)	(2.233)
Saldo em 30 de setembro de 2022	34	6.177	1.421	7.632	3.727	6.176	2.813	12.716

20. TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
PIS a recolher	401	37	1.192	228
COFINS a recolher	1.908	171	5.547	1.043
ISS a recolher	42	33	99	104
ICMS a recolher	398	472	2.161	8.802
Tributos retidos a recolher	342	616	2.163	2.564
Tributos sobre importação	174	244	189	721
IOF a recolher	14	13	14	13
Total	3.279	1.586	11.365	13.475
Apresentados como:				
Passivo circulante	3.279	1.586	10.444	12.839
Passivo não circulante	-	-	921	636

21. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Provisão para compensação ambiental	3.356	3.536	4.667	4.444
P&D (ANEEL) a pagar	2.360	1.466	2.360	1.466
Garantias financeiras prestadas	623	623	949	925
Outras contas a pagar	774	2.679	1.225	7.202
Total	7.113	8.304	9.201	14.037
Apresentados como:				
Passivo circulante	4.478	5.642	5.959	11.195
Passivo não circulante	2.635	2.662	3.242	2.842

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2022 o capital social da Companhia subscrito e integralizado está representado por 454.331.401 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (352.823.928 em 31 de dezembro de 2021) composto da seguinte forma:

	30.09.2022	31.12.2021
Capital social	2.620.650	1.931.910
Capital social a integralizar	(73.740)	(260.000)
	2.546.910	1.671.910

O Capital social da Companhia está distribuído conforme quadro de acionistas a seguir:

Quantidade de ações ordinárias

Acionistas	% do Capital Social	30.09.2022	31.12.2021
Statkraft Investimentos Ltda.	81,31	369.407.270	286.873.687
FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais	18,69	84.924.131	65.950.241
	100,00	454.331.401	352.823.928

Em 15 de dezembro de 2021, foi aprovado através de AGE a subscrição de 59.012.693 ações, onde 36.824.878 foram subscritas pela acionista Statkraft Investimentos e 8.465.780 pela acionista FUNCEF. A integralização ocorreu em 14 de janeiro de 2022, no montante de R\$260.000.

Em 11 de março de 2022 a Companhia aprovou a subscrição de 101.507.473 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, distribuídas entre os subscritores da seguinte forma: (i) Statkraft Investimentos Ltda: 82.533.583 ações; e (ii) FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais: 18.973.890. A subscrição dessas ações totaliza o valor de R\$688.740 e possui cronograma de integralização pelos acionistas conforme proporção da participação acionária da seguinte forma, todas no ano de 2022: R\$200.000 em abril, R\$415.000 em junho e R\$73.740 em outubro.

As integralizações previstas para o 2º trimestre foram realizadas em 05 de abril de 2022 e 20 de junho de 2022 nos montantes e proporções acionárias acima mencionados.

b) Dividendos

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado.
- 5% do saldo, após a apropriação da reserva legal, será destinado para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

A movimentação do saldo de dividendos no passivo e patrimônio líquido da conta de Dividendos a pagar pode ser assim demonstrada:

	Controladora e consolidado
	30.09.2022
Em 1º de janeiro de 2021	2.826
Pagamento de dividendos	(2.826)
Dividendos mínimos obrigatórios destinados	8.722
Em 31 de dezembro de 2021	8.722
Reversão de dividendos declarados	(8.722)
Em 30 de setembro de 2022	-

c) Reservas de lucros

Abaixo é demonstrado o detalhamento do saldo da reserva de lucros em 30 de setembro de 2022:

	Controladora e consolidado
Reserva legal	18.569
Reserva de lucros	325.913
	344.482

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(ii) Reserva de retenção de lucros

Constitui a reserva de lucros com o saldo de lucros remanescentes não distribuídos no exercício para suportar investimentos futuros.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo apresentado na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” refere-se aos ganhos ou perdas não realizados dos instrumentos financeiros patrimoniais mantidos ao valor justo, e mensurados por meio de outros resultados abrangentes, e representam a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo mensurado para a data de cada demonstração financeira, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos.

23. RECEITA LÍQUIDA

Abaixo a apresentação das receitas de acordo com CPC 47 - “Receita de Contrato” com cliente, desagregadas de acordo com o tipo de contrato.

	Controladora			
	Período findo em 30.09.2022	Período findo em 30.09.2021	Trimestre findo em 30.09.2022	Trimestre findo em 30.09.2021
Prestação de serviços	11.518	8.839	3.752	2.949
Tributos sobre a prestação de serviços	(1.438)	(1.104)	(479)	(368)
	10.080	7.735	3.273	2.581
Revenda de mercadorias	237	468	-	333
Tributos sobre a venda de mercadorias	(65)	(128)	-	(91)
	172	340	-	242
Geração de energia elétrica				
Contrato de Compra de Energia Regulada (CCEAR)	80.881	72.944	27.690	24.250
Contrato Ambiente de Contratação Livre (ACL)	27.672	37.112	9.077	21.138
Contrato Bilateral Regulado (CBR)	95.854	69.318	34.644	25.309
Mercado de curto prazo (CCEE)	17.596	48.626	5.254	35.603
Tributos sobre a venda de energia elétrica	(22.504)	(23.662)	(7.742)	(10.818)
	199.499	204.338	68.923	95.482
Outras Receitas				
Certificado de energia renovável	-	-	-	-
Venda de créditos de carbono	-	172	-	172
	-	172	-	172
Receita líquida	209.751	212.585	72.196	98.477

	Consolidado			
	Período findo em 30.09.2022	Período findo em 30.09.2021	Trimestre findo em 30.09.2022	Trimestre findo em 30.09.2021
Prestação de serviços	947	829	309	503
Tributos sobre a prestação de serviços	(174)	(159)	(65)	(77)
	773	670	244	426

Geração de energia elétrica				
Contrato de Energia de Reserva (CER)	90.433	79.031	39.270	31.000
Contrato de Compra de Energia Regulada (CCEAR)	115.024	101.000	37.867	32.491
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)	106.171	85.779	37.494	29.738
Contrato Ambiente de Contratação Livre (ACL)	261.137	55.850	93.530	24.074
Contrato Bilateral Regulado (CBR)	95.854	69.318	34.644	25.309
Mercado de curto prazo (CCEE)	24.214	64.798	6.508	52.797
Tributos sobre a venda de energia elétrica	(52.400)	(31.408)	(18.454)	(14.180)
	<u>640.433</u>	<u>424.368</u>	<u>230.859</u>	<u>181.229</u>
Outras Receitas				
Certificado de energia renovável	1.878	230	3	230
Tributos sobre a venda de energia elétrica Venda de créditos de carbono	-	-	-	-
	<u>1.878</u>	<u>230</u>	<u>3</u>	<u>230</u>
Receita líquida	<u>643.084</u>	<u>425.268</u>	<u>231.103</u>	<u>181.885</u>

Outras informações contratuais são apresentadas na nota de contexto operacional destas demonstrações financeiras.

24. CUSTOS E DESPESAS

a) Custos do fornecimento de energia e serviços prestados

	Controladora			
	Período findo em 30.09.2022	Período findo em 30.09.2021	Trimestre findo em 30.09.2022	Trimestre findo em 30.09.2021
Compra de energia elétrica	(30.373)	(104.822)	(10.937)	(66.575)
Repactuação do risco hidrológico	-	66.618	-	66.618
Depreciação e amortização	(35.973)	(36.677)	(11.999)	(12.226)
Salários e encargos sociais	(5.127)	(4.397)	(1.720)	(1.744)
Encargos setoriais	(9.517)	(7.954)	(3.245)	(2.876)
Seguros, fianças e comissões	(3.343)	(2.540)	(1.223)	(883)
Serviços de terceiros	(625)	(299)	(336)	(126)
Outros	830	(136)	323	147
	<u>(84.128)</u>	<u>(90.207)</u>	<u>(29.137)</u>	<u>(17.665)</u>

	Consolidado			
	Período findo em 30.09.2022	Período findo em 30.09.2021	Trimestre findo em 30.09.2022	Trimestre findo em 30.09.2021
Compra de energia elétrica	(224.625)	(124.058)	(83.104)	(76.196)
Repactuação do risco hidrológico	-	96.364	-	96.364
Depreciação e amortização	(78.220)	(76.688)	(26.003)	(25.583)
Salários e encargos sociais	(3.981)	(2.560)	(1.570)	(846)
Encargos setoriais	(21.048)	(15.730)	(8.556)	(5.694)
Seguros, fianças e comissões	(13.799)	(9.214)	(4.856)	(3.648)
Serviços de terceiros	(1.352)	(727)	(487)	(269)
Outros	154	(906)	267	(479)
	<u>(342.871)</u>	<u>(133.519)</u>	<u>(124.309)</u>	<u>(16.351)</u>

b) Gerais e administrativas

Controladora				
	Período findo em 30.09.2022	Período findo em 30.09.2021	Trimestre findo em 30.09.2022	Trimestre findo em 30.09.2021
Serviços de terceiros	(16.659)	(9.484)	(5.902)	(1.210)
Serviços de partes relacionadas	-	(1.451)	-	-
Salários e encargos sociais	(22.549)	(16.065)	(7.407)	(5.748)
Remuneração dos administradores	(7.909)	(6.634)	(2.599)	(1.906)
Encargos setoriais	(2.927)	(1.563)	(1.158)	(720)
Viagens e estadias	(3.303)	(497)	(1.575)	72
Aluguel	(1.064)	(474)	(286)	(115)
Impostos e taxas	(1.258)	(267)	(808)	(64)
Participação nos Resultados	(3.072)	(2.976)	(1.632)	(1.799)
Propaganda e publicidade	(319)	(444)	(101)	(24)
Depreciação e amortização	(2.325)	(2.497)	(769)	(832)
Estudos em desenvolvimento	(1.230)	(2.325)	(568)	(674)
Materiais	(654)	(900)	(211)	(233)
Outros	(1.778)	(1.584)	(554)	(437)
	<u>(65.047)</u>	<u>(47.161)</u>	<u>(23.570)</u>	<u>(13.690)</u>

Consolidado				
	Período findo em 30.09.2022	Período findo em 30.09.2021	Trimestre findo em 30.09.2022	Trimestre findo em 30.09.2021
Serviços de terceiros	(31.345)	(19.961)	(10.830)	(5.165)
Salários e encargos sociais	(35.333)	(29.651)	(12.347)	(10.690)
Remuneração dos administradores	(7.909)	(6.634)	(2.599)	(1.906)
Encargos setoriais	(3.525)	(1.624)	(1.378)	(759)
Viagens e estadias	(3.916)	(1.046)	(1.870)	(354)
Aluguel	(1.288)	(756)	(338)	(161)
Impostos e taxas	(3.843)	(1.553)	(1.468)	(369)
Participação nos Resultados	(3.243)	(3.032)	(1.712)	(1.879)
Propaganda e publicidade	(372)	(872)	(122)	(36)
Depreciação e amortização	(2.325)	(2.497)	(769)	(832)
Estudos em desenvolvimento	(1.748)	(4.781)	(735)	(1.961)
Materiais	(3.225)	(5.380)	(1.529)	(2.183)
Outros	(3.700)	(3.064)	(1.461)	(855)
	<u>(101.772)</u>	<u>(80.851)</u>	<u>(37.158)</u>	<u>(27.150)</u>

c) Outras (Despesas) Receitas

Controladora				
	Período findo em 30.09.2022	Período findo em 30.09.2021	Trimestre findo em 30.09.2022	Trimestre findo em 30.09.2021
Lucros cessantes e danos materiais	8.244	4	300	-
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(1.188)	2.188	(1.203)	161
Perdas com baixa de imobilizado	(264)	(196)	(170)	-
Outras receitas e despesas operacionais	6.520	837	(24)	482
	<u>13.312</u>	<u>2.833</u>	<u>(1.097)</u>	<u>643</u>

Consolidado				
	Período findo em 30.09.2022	Período findo em 30.09.2021	Trimestre findo em 30.09.2022	Trimestre findo em 30.09.2021
Lucros cessantes e danos materiais	23.941	7.700	1.172	332
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(1.192)	6.974	(1.205)	1.100
Perdas com baixa de imobilizado	(642)	(210)	(63)	-
Outras receitas e despesas operacionais	6.752	858	(484)	478
	<u>28.859</u>	<u>15.322</u>	<u>(580)</u>	<u>1.910</u>

25. RESULTADO FINANCEIRO

Controladora				
	Período findo em 30.09.2022	Período findo em 30.09.2021	Trimestre findo em 30.09.2022	Trimestre findo em 30.09.2021
Despesas financeiras				
Com financiamentos	(26.041)	(24.733)	(8.529)	(8.876)
Comissão de fiança e garantias	-	-	-	-
IOF, multas e juros sobre tributos	(958)	(906)	(60)	(385)
Variação cambial passiva	(298)	(32)	(51)	(17)
Despesas financeiras sobre concessões a pagar	(17.183)	(22.690)	(2.199)	(4.280)
Juros sobre contrato de mútuo	(8.317)	(359)	(1.904)	(291)
Juros sobre arrendamento mercantil	(266)	(648)	(10)	(209)
Provisão para perda ao valor recuperável de ativos financeiros	(1.067)	(958)	(282)	(337)
Outras despesas financeiras	(771)	(723)	(214)	14
	<u>(54.901)</u>	<u>(51.049)</u>	<u>(13.249)</u>	<u>(14.381)</u>

Controladora				
	Período findo em 30.09.2022	Período findo em 30.09.2021	Trimestre findo em 30.09.2022	Trimestre findo em 30.09.2021
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	34.650	9.110	17.643	4.935
Variação cambial ativa	227	32	183	30
Juros sobre contrato de mútuo	-	95	-	-
Outras receitas financeiras	159	298	142	278
	<u>35.036</u>	<u>9.535</u>	<u>17.968</u>	<u>5.243</u>
	<u>(19.865)</u>	<u>(41.514)</u>	<u>4.719</u>	<u>(9.138)</u>

Consolidado				
	Período findo em 30.09.2022	Período findo em 30.09.2021	Trimestre findo em 30.09.2022	Trimestre findo em 30.09.2021
Despesas financeiras				
Com financiamentos	(26.041)	(24.733)	(8.529)	(8.876)
IOF, multas e juros sobre tributos	(1.633)	(1.031)	(327)	(482)
Variação cambial passiva	(937)	(151)	(71)	(17)
Despesas financeiras sobre concessões a pagar	(17.183)	(22.690)	(2.199)	(4.280)
Juros sobre contrato de mútuo	(8.317)	(359)	(1.904)	(291)
Juros sobre arrendamento mercantil	(451)	(955)	(9)	(309)
Provisão para perda ao valor recuperável de ativos financeiros	(1.067)	(958)	(282)	(337)
Outras despesas financeiras	(3.051)	(1.688)	(1.029)	(190)
	<u>(58.680)</u>	<u>(52.565)</u>	<u>(14.350)</u>	<u>(14.782)</u>

Consolidado				
	Período findo em 30.09.2022	Período findo em 30.09.2021	Trimestre findo em 30.09.2022	Trimestre findo em 30.09.2021
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	60.922	14.409	26.595	7.612
Variação cambial ativa	535	285	197	179
Juros sobre contrato de mútuo	-	95	-	-
Juros e correções monetárias sobre provisão para contingências	-	8.814	-	-
Outras receitas financeiras	176	307	159	285
	<u>61.633</u>	<u>23.910</u>	<u>26.951</u>	<u>8.076</u>
	<u>2.953</u>	<u>(28.655)</u>	<u>12.601</u>	<u>(6.706)</u>

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Para o período em curso

Para fins de apuração de impostos, a controladora SKER, assim como sua controlada Statkraft Comercialização de Energia S.A., optaram pela apuração do resultado tributável observando o regime do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidentes sobre o resultado tributável.

A apuração de IRPJ e CSLL para as controladas optantes pelo lucro presumido pode ser assim apresentada:

	Consolidado			
	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.09.2022	30.09.2021	30.09.2022	30.09.2021
Base de cálculo presumido	247.614	209.809	247.614	209.809
Presunção do lucro tributável - %	8%	8%	12%	12%
IRPJ e CSLL	19.809	16.785	29.714	25.177
Outras receitas	27.214	23.892	27.214	23.892
Base de Cálculo	47.023	40.677	56.928	49.069
Alíquotas aplicáveis - %	25%	25%	9%	9%
Total	(11.756)	(10.169)	(5.123)	(4.416)
Outros efeitos em tributos	(251)	(90)	(137)	(71)
Dedução adicional IRPJ	327	162	-	-
IRPJ e CSLL no resultado	(11.680)	(10.097)	(5.260)	(4.487)

A apuração de IRPJ e CSLL para a controladora e controlada optantes pelo lucro real pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	30.09.2021	30.09.2022	30.09.2021
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	244.449	195.836	245.607	195.850
Equivalência patrimonial	(190.072)	(158.557)	(31.126)	(12.115)
Outras adições (Exclusões) permanentes ao lucro líquido para apuração do Lucro Real	(16.531)	38	(175.477)	(146.390)
Outras Adições (Exclusões) temporárias ao lucro líquido para apuração do Lucro Real	17.008	(46.691)	17.008	(46.691)
Base de cálculo bruta tributável ao regime de lucro real	54.854	(9.374)	56.012	(9.346)
Compensação por prejuízo fiscal	(16.456)	-	(16.456)	-
Base de cálculo líquida de compensação	38.399	(9.374)	39.557	(9.346)
Alíquota nominal combinada do IR e CSLL %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social corrente às alíquotas da legislação	(13.056)	-	(13.410)	-
Dedução adicional imposto de renda corrente	18	-	28	-
Impostos Correntes	(13.038)	-	(13.382)	-
Impostos diferidos sobre prejuízo fiscal	(23.536)	12.118	(23.536)	12.118
Impostos diferidos sobre demais diferenças temporárias	(2.850)	(19.806)	(2.850)	(19.809)
Impostos diferidos sem perspectiva de realização	-	-	-	-
Impostos diferidos	(26.386)	(7.688)	(26.386)	(7.691)
Total de encargos no resultado do período	(39.424)	(7.688)	(39.768)	(7.691)

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	30.09.2021	30.09.2022	30.09.2021
Imposto de renda e contribuição social				
Lucro real	(39.424)	(7.688)	(39.768)	(7.691)
Lucro presumido	-	-	(16.940)	(14.584)
Total de encargos no período	<u>(39.424)</u>	<u>(7.688)</u>	<u>(56.708)</u>	<u>(22.275)</u>

b) Saldos patrimoniais de imposto renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de variação do valor justo financeiros e podem ser demonstrados da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Diferenças temporárias advindas de combinação de negócios	(29.271)	(32.121)	(29.271)	(32.121)
Diferenças temporárias sobre ajuste ao valor justo de investimentos	(210)	(26.356)	(210)	(26.356)
Diferenças temporárias sobre depreciação, amortização e provisões	4.206	11.797	4.386	11.977
Diferenças temporárias sobre repactuação do risco hidrológico	(20.128)	(22.020)	(20.128)	(22.020)
Prejuízos fiscais recuperáveis	210	26.356	210	26.356
Saldos tributos diferidos ativo (passivo)	<u>(45.193)</u>	<u>(42.344)</u>	<u>(45.013)</u>	<u>(42.164)</u>
Apresentados como:				
Ativo não circulante	-	-	180	180
Passivo circulante	<u>(45.193)</u>	<u>(42.344)</u>	<u>(45.193)</u>	<u>(42.344)</u>
	<u>(45.193)</u>	<u>(42.344)</u>	<u>(45.013)</u>	<u>(42.164)</u>

Para fins de apresentação do balanço patrimonial, a Companhia apresenta os saldos de impostos diferidos passivos líquidos dos saldos de impostos diferidos ativos, exceto se não tiver o direito legal executável para compensação ou se a realização dos ativos e passivos não for simultânea. A Companhia realizou estudo de recuperabilidade de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais, que serviu de base para o reconhecimento dos saldos acima apresentados.

A expectativa de realização do total de impostos diferidos nas controladas se estende até o prazo de cada concessão ou autorização, e na controladora no período de 2020 a 2025, cujas diferenças temporárias são registradas com base na expectativa de lucros tributáveis futuros.

- (i) No período findo em 30 de setembro de 2022, a variação negativa de R\$ 8.626 foi registrada no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial conforme variação dos investimentos avaliados a valor justo. Adicionalmente foi reconhecida a variação negativa de R\$ 15.661 decorrente da baixa do saldo de ajuste de avaliação patrimonial sobre o investimento Ceran, conforme mencionado na nota explicativa nº 11.

27. SEGUROS

a) Seguros de responsabilidade dos administradores (D&O)

A Companhia é segurada na responsabilidade de seus administradores em apólice com vigência até 31 de dezembro de 2022.

b) Seguros de riscos operacionais

A Companhia também possui seguro contratado para os riscos operacionais de suas usinas,

visando a cobertura para eventuais danos materiais e lucros cessantes, conforme valores de indenização adequados a continuidade de suas operações.

	Valores dos Bens	Valores das coberturas
Lucros cessantes	1.265.590	279.257
Danos materiais	2.705.645	597.012
	<u>3.971.235</u>	<u>876.269</u>

c) Seguro de responsabilidade civil

Adicionalmente, a Companhia possui seguro de responsabilidade civil tendo suas usinas como cosseguradas. A cobertura do seguro compreende o reembolso dos dispêndios incorridos na reparação de danos materiais causados a terceiros, ações emergenciais empreendidas com o objetivo de minorar ou evitar tais danos, assim como os prejuízos financeiros causados, inclusive lucros cessantes. Os danos materiais são indenizáveis no limite de R\$25.809.

d) Seguro “Performance Bond”

Em janeiro de 2020, a Companhia contratou Seguro Garantia na modalidade de Construtor, como garantia de indenização, até o valor de R\$75.000, dos prejuízos e/ou multas resultantes do inadimplemento do tomador, referente às obrigações assumidas na outorga de concessão ou autorização dos empreendimentos participantes do Leilão de Geração n. 04/2019-ANEEL, durante a fase de execução das obras de construção ou implantação. Tais apólices foram contratadas para os projetos inscritos no referido leilão e possuem vigência até 01/04/2025, em conformidade com as exigências contidas no Edital para o Leilão e os manuais para aporte de garantias.

Em 17 de dezembro de 2021 a Companhia contratou seguro garantia na mesma modalidade para os projetos Morro do Cruzeiro I e II como garantia de indenização dos prejuízos e/ou multas resultantes do inadimplemento do tomador, até o valor de R\$8.400 e R\$5.880, respectivamente, referente às obrigações assumidas na outorga de concessão ou autorização dos empreendimentos participantes do Leilão de Geração n. 08/2021-ANEEL, durante a fase de execução das obras de construção ou implantação. Tais apólices foram contratadas para os projetos inscritos no referido leilão e possuem vigência até 01/05/2026, em conformidade com as exigências contidas no Edital para o Leilão e os manuais para aporte de garantias.

Em 01 de fevereiro de 2022 a Companhia contratou seguro garantia na mesma modalidade para o projeto Ventos de São Vitorino como garantia de cumprimento do cronograma de implantação e condições previstas no ato autorizativo durante a fase de execução das obras de construção ou implantação até o valor de R\$ 47.880, a fim de solicitar a outorga de autorização dos empreendimentos à ANEEL. Tais apólices foram contratadas para os projetos de Ventos de São Vitorino e possuem vigência até 31/08/2026, em conformidade com as exigências contidas em Regulamento da ANEEL e manuais para aporte de garantias.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas não possuem quaisquer outras operações com instrumentos financeiros que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e de 30 de setembro de 2022.

A Companhia e suas controladas operam com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, aplicações financeiras, contas a pagar a

fornecedores, financiamentos, debêntures, concessões a pagar e mútuos com partes relacionadas.

28.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria do Grupo Statkraft, segundo ainda as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da mesma. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global bem como para áreas específicas como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos, e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

Considerando que o Grupo não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia não são, substancialmente, afetados pelas mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco associado é oriundo apenas da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que venham aumentar as despesas financeiras relativas às debêntures e financiamentos emitidas pelo Grupo indexadas à CDI e ao IPCA. Substancialmente, os demais passivos do Grupo não apresentam riscos de taxas de juros que possam afetar de forma relevante o fluxo de caixa, pois os mesmos estão expostos à juros pré-fixados.

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de o Grupo não vir a dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área de Tesouraria.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros (não derivativos) do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados.

	Controladora	Consolidado			
	Menos de um ano	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos
Em 30 de setembro de 2022:					
Fornecedores nacionais	9.402	49.391	-	-	-
Financiamentos	184.093	184.093	228.874	25.313	838.848
Partes relacionadas	66.526	68.290	-	-	-
Concessões a pagar	15.701	15.701	30.744	41.284	29.798
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-
Provisão para remoção de imobilizado	-	-	-	-	66.427
Em 31 de dezembro de 2021:					
Fornecedores nacionais	11.612	32.787	-	-	-
Financiamentos	227.765	244.953	287.196	73.196	365.629

Partes relacionadas	60.448	61.409	-	-	-
Concessões a pagar	14.605	14.605	27.574	38.645	30.067
Dividendos a pagar	8.722	8.722	-	-	-
Provisão para remoção de imobilizado	-	-	-	-	65.937

A Companhia entende não haver riscos significativos de liquidez.

c) Risco de crédito

O risco de crédito da Companhia está atualmente concentrado nos contratos de venda de energia no mercado regulado (ACR), cabendo uma pequena parcela da energia vendida no mercado livre (ACL). Os contratos regulados são padronizados, incluindo os mecanismos de garantia neles previsto. Por outro lado, as contrapartes no mercado livre passam por criteriosa avaliação de crédito feita pela Companhia onde é definida a classificação de risco, garantias requeridas e limites para operação. Atualmente, a Companhia possui em sua carteira no mercado livre somente contrapartes com excelente avaliação de crédito.

d) Risco de vencimento antecipado do financiamento

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritiva, presentes nos contratos de financiamento do Grupo (nota explicativa nº 17), as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. A Administração monitora regularmente estes índices financeiros, com o objetivo de tomar as ações necessárias para garantir que os contratos de financiamentos não tenham seu vencimento antecipado.

e) Análise de sensibilidade

A seguir, quadro ilustrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os efeitos sobre as variações monetárias, bem como sobre as despesas financeiras apuradas sobre o cenário projetado para 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, caso tais variações nos componentes dos riscos identificados ocorressem.

Simplificações financeiras foram efetuadas no isolamento da variabilidade do fator de risco em análise. Como consequência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser apurados nas próximas informações financeiras intermediárias. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode gerar um efeito material sobre as estimativas apresentadas a seguir.

Metodologia utilizada

A partir dos saldos dos valores expostos, conforme demonstrado na tabela a seguir e assumindo que os mesmos se mantenham constantes, apurou-se o diferencial de juros para cada um dos cenários projetados.

Na avaliação dos valores expostos ao risco de taxa de juros, consideramos apenas os riscos para as informações financeiras, ou seja, foram isolados e excluídos os fatores de juros prefixados por não apresentarem riscos às informações financeiras intermediárias por conta de variações nos cenários econômicos.

O cenário provável está baseado nas expectativas da Companhia, que por sua vez estão em linha com as projeções demonstradas no relatório Focus, na data de 7 de outubro de 2022, para cada uma das variáveis indicadas. Adicionalmente, as variações positivas e negativas

de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas projetadas para 30 de setembro de 2022.

Fator de risco para mudança na taxa de juros (consolidado)

		Variações adicionais no saldo contábil						
Fator de risco		Valores expostos em 2022	Valores expostos em 2021	-50%	-25%	Cenário provável	25%	50%
Aplicações financeiras	CDI	689.701	185.584	47.417	71.125	94.834	118.542	142.251
Aplicações financeiras restritas	CDI	83.123	14.842	5.715	8.572	11.429	14.287	17.144
Empréstimos e financiamentos	CDI	(118.837)	(152.598)	(8.170)	(12.255)	(16.340)	(20.425)	(24.510)
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(901.818)	(412.161)	(25.747)	(38.620)	(51.494)	(64.367)	(77.241)
Impacto líquido	CDI	653.987	47.828	44.962	67.442	89.923	112.404	134.885
Impacto líquido	IPCA	(901.818)	(412.161)	(25.747)	(38.620)	(51.494)	(64.367)	(77.241)
Taxas consideradas - % ao ano	CDI	13,75%	2,15%	6,88%	10,31%	13,75%	17,19%	20,63%
Taxas consideradas - % ao ano	IPCA	5,71%	3,78%	2,86%	4,28%	5,71%	7,14%	8,57%

f) Estimativa do valor justo

Considera-se que os saldos das contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, debêntures, concessões a pagar, demonstrados a valor contábil, menos a perda ("impairment"), quando aplicável, venham a estar próximos de seus valores justos.

A tabela abaixo classifica os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- (i) Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- (ii) Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- (iii) Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

<u>Consolidado</u>	Em 30 de setembro de 2022			Em 31 de dezembro de 2021		
	Nível 2	Nível 3	Saldo total	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativo						
Aplicação financeira restrita	83.123	-	83.123	14.842	-	14.842
Investimentos ao valor justo ⁽¹⁾	-	7.533	7.533	-	84.434	84.434
Total do ativo	83.123,00	7.533	90.656	14.842	84.434	99.276

- ⁽¹⁾ A Companhia possui investimento na empresa Dfesa (Dona Francisca Energética S.A.) na ordem de 2,12%, na qual não tem influência significativa e é registrado a valor justo no montante de R\$7.533 (R\$75.804 referente à investida Ceran – Companhia Energética Rio das Antas S.A. e R\$8.630 referentes à Dfesa em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia preparou os fluxos de caixa futuros para a avaliação do valor de seu investimento considerando como fim a data de finalização do contrato de concessão. Existe a possibilidade de prorrogação do prazo de concessão desta Companhia investida por mais 20 anos após o encerramento do primeiro período de concessão, entretanto é necessário à autorização de terceiros para a renovação da concessão. Assim a possível prorrogação pode acarretar valores diferentes dos atuais registrados.

g) Instrumentos financeiros por categoria (consolidado)

	Consolidado			
	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
<u>30 de setembro de 2022</u>				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	690.086	-	-	690.086
Contas a receber de clientes	-	126.908	-	126.908
Repactuação do risco hidrológico	-	2.949	-	2.949
Aplicação financeira restrita	83.123	-	-	83.123
Ativo não circulante destinado a venda	16.633	-	-	16.633
Investimentos ao valor justo	-	-	7.533	7.533
Propriedades para investimento	2.239	-	-	2.239
	792.081	129.857	7.533	929.471

	Consolidado			
	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
<u>31 de dezembro de 2021</u>				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	186.403	-	-	186.403
Contas a receber	-	79.350	-	79.350
Repactuação do risco hidrológico	-	3.668	-	3.668
Aplicação financeira restrita	14.842	-	-	14.842
Investimentos ao valor justo	-	-	84.434	84.434
Propriedades para investimento	19.092	-	-	19.092
	<u>220.337</u>	<u>83.018</u>	<u>84.434</u>	<u>387.789</u>

	Consolidado		
	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Total
<u>30 de setembro de 2022</u>			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Fornecedores	-	49.391	49.391
Financiamentos	-	1.277.128	1.277.128
Partes relacionadas	-	68.290	68.290
Concessão a pagar	-	117.527	117.527
Provisão para remoção de imobilizado	66.427	-	66.427
	<u>66.427</u>	<u>1.512.336</u>	<u>1.578.763</u>

	Consolidado		
	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Total
<u>31 de dezembro de 2021</u>			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Fornecedores	-	32.787	32.787
Financiamentos	-	970.974	970.974
Partes relacionadas	-	61.409	61.409
Concessão a pagar	-	110.820	110.820
Provisão para remoção de imobilizado	65.937	-	65.937

<u>65.937</u>	<u>1.175.990</u>	<u>1.241.927</u>
---------------	------------------	------------------

29. OUTROS RISCOS OPERACIONAIS

a) Risco hidrológico

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas. De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da quantidade de energia elétrica e potência efetivamente comercializada por elas, limitada à energia assegurada, cuja quantidade é fixa e determinada pelo poder concedente, constando da respectiva autorização e suas alterações subsequentes emitidas pelo mesmo.

As diferenças entre a energia gerada e a energia assegurada são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, cujo principal propósito é mitigar os riscos hidrológicos assegurando que todas as usinas participantes recebam pela quantidade comercializada da energia assegurada, independentemente da quantidade de energia elétrica por elas efetivamente gerada.

Tendo em vista que o MRE está suscetível a déficit de energia (geração do MRE inferior a garantia física do MRE) foi criado o Fator de Ajuste da Garantia Física, ou “Generation Scaling Factor - GSF”, que reduz a garantia física de todas as usinas pertencentes ao MRE. Deste modo, as usinas precisam comprar energia no curto prazo, valorada ao PLD, para honrar seus contratos de fornecimento de energia.

Com o intuito de mitigar/extinguir esta exposição a Lei nº 13.203/15 sancionou a repactuação do risco hidrológico a qual as usinas PCH Esmeralda, PCH Santa Rosa e PCH Santa Laura aderiram e repactuação na modalidade de proteção de 100% extinguindo assim o risco de GSF.

Com a finalidade de compensar os efeitos adversos do risco de GSF, a Lei nº 14.052/2020 proveu compensação aos participantes do MRE em forma de extensão da concessão, às quais as usinas hídricas do Grupo aderiram.

Além do mais, é possível a saída e regresso de usinas do MRE (dentro dos prazos e para determinadas usinas), onde as usinas não participantes destes mecanismos devem produzir mensalmente a garantia física alocada para o mês em questão. Verificando esta possibilidade a empresa adotou a estratégia de saída e regresso das usinas de seu portfólio do MRE. Atualmente todas as usinas hídricas encontram-se no MRE.

b) Risco da não prorrogação da autorização ou concessão

A Companhia possui autorizações e concessões para exploração dos serviços de geração de energia elétrica. Caso sua prorrogação não seja deferida pelos órgãos reguladores ou a mesma ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser reduzidos. Não há garantia de que as autorizações e concessões hoje outorgadas à Companhia serão, por ocasião de seu vencimento, prorrogadas pelo poder concedente.

30. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem processos trabalhistas, tributários e cíveis. Os valores provisionados são:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Processos trabalhistas	1.004	793	1.039	828
Processos fiscais	4.548	4.317	4.549	4.318
Processos cíveis	3.443	2.582	3.562	2.702
	<u>8.995</u>	<u>7.692</u>	<u>9.150</u>	<u>7.848</u>

A movimentação dos saldos provisionados é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2021	7.692	7.848
Adição	1.148	1.147
Atualização	324	324
Reversão	(169)	(169)
Em 30 de setembro de 2022	<u>8.995</u>	<u>9.150</u>

Contingências possíveis

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Processos investigativos

- (a) Como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft, após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da Companhia SKER, em 13 de julho de 2015, o Grupo realizou uma investigação interna relacionada a Companhia e suas subsidiárias, sendo que o verificado durante a mesma foi informado às autoridades competentes durante o exercício de 2016. Em 15 de outubro de 2021, a Companhia firmou um Acordo de Leniência com o poder público federal para um dos casos denunciados e realizou o pagamento de R\$18.019 mil em multas e ressarcimento de vantagens indevidas obtidas antes da aquisição do controle acionário pela Statkraft. Como fruto do acordo, a Companhia implementará melhorias no seu sistema de conformidade, de forma a assegurar que a Companhia continue a operar no País de acordo com os mais elevados padrões éticos, com tolerância zero para a corrupção. No estágio atual, não é possível prever o resultado final para os outros casos relatados.
- (b) A Companhia e diversos outros réus são Parte em ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF ("ANIPA") que tem por objetivo reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por má administração dos recursos pela FUNCEF. O montante requerido na ação é de R\$8,2 bilhões, inexistindo individualização de valores por réu. Neste momento, fase inicial de instrução processual, não é possível estimar se haverá qualquer impacto para a Companhia, tampouco o valor aproximado de condenação, caso haja. Desta forma o processo remanesce classificado com a avaliação de risco possível, e ilíquida.

A Companhia é ré, entre outros, na ação civil pública cumulada com ação por ato de improbidade administrativa ajuizada inicialmente pelo Ministério Público Federal, e atualmente pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina (em razão de declínio de competência), em virtude de supostos atos de improbidade administrativa na obtenção das licenças ambientais de instalação de usinas eólicas do Parque de Água Doce, no valor histórico de R\$1,3 bilhão. Esta ação judicial tem avaliação de perda possível indicada pelos seus patronos, sendo, contudo,

ilíquida para a fase processual em que se encontra o processo.

Os demais passivos contingentes com probabilidade de perda considerada possível são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021
Trabalhistas	932	1.309
Fiscais	99.417	94.880
Cíveis	14.754	5.483
	<u>115.103</u>	<u>101.672</u>

31. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido disponível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o período. A Companhia não tem categorias de ações ordinárias com potenciais com efeitos diluidores e por isso o resultado do lucro por ação básico e diluído são os mesmos.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	30.09.2021	30.09.2022	30.09.2021
Lucro atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	205.025	187.975	205.025	187.975
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	444.320	278.120	444.320	278.120
Lucro por ação	<u>0,46144</u>	<u>0,67588</u>	<u>0,46144</u>	<u>0,67588</u>

32. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o período findo em 30 de setembro de 2022, o Grupo reconheceu os montantes de R\$ 2.863 na controladora e R\$ 45.804 no consolidado no grupo de imobilizado referente à juros capitalizados sobre os financiamentos vinculados à construção das usinas que compõem o projeto Ventos de Santa Eugênia, com contrapartida na rubrica de financiamentos do passivo circulante.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme nota explicativa nº 22 a) em 11 de março de 2022, foi aprovado através de AGE a subscrição de 101.507.473 ações, onde 82.533.583 foram subscritas pela acionista Statkraft Investimentos e 18.973.890 pela acionista FUNCEF. A última etapa de integralização das ações ocorreu em 21 de outubro de 2022, no montante de R\$73.740 conforme proporção de participação acionária de cada acionista.